

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANTERO ALVES PEREIRA NETO

EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA (2015-2019) NO MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA (MG)

UBERLÂNDIA - MG

2020

ANTERO ALVES PEREIRA NETO

EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA (2015-2019) NO MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA (MG)

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Professor Me. Vitorino Alves da Silva

UBERLÂNDIA - MG

2020

ANTERO ALVES PEREIRA NETO

EFEITOS DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA (2015-2019) NO MUNICÍPIO DE
UBERLÂNDIA (MG)

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e
Relações Internacionais da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título
de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Professor Me. Vitorino Alves da Silva

BANCA EXAMINADORA:

Uberlândia (MG), 09 de dezembro de 2020.

Prof. Dr. Eduardo Nunes Guimarães

Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins

Prof. Me. Vitorino Alves da Silva

Seja você quem for, seja qual for a posição social que você tenha na vida, a mais alta ou a mais baixa, tenha sempre como meta muita força, muita determinação e sempre faça tudo com muito amor e com muita fé em Deus, que um dia você chega lá. De alguma maneira você chega lá.

Ayrton Senna, 1994

RESUMO

Os anos que se seguiram pós os desequilíbrios fiscais de 2015 impuseram forte impacto às finanças públicas dos municípios de todo o Brasil, a dificuldade para fechar as contas e honrar com compromissos básicos como pagamento de funcionários virou rotina em grande parte dos municípios e em Uberlândia a realidade não foi diferente. A pesquisa busca então dimensionar, se utilizando das próprias contas municipais, o quão severo foi o efeito da crise financeira em um município considerado rico pelos índices do Brasil, e porque os impactos foram sentidos de modo tão severo em áreas tão sensíveis à população como um todo, a exemplo saúde, infraestrutura urbana e funcionalismo público, mesmo o município sendo suficientemente grande e com dinâmica econômica forte o suficiente para ser considerada a principal zona de influência de toda a região do Triângulo Mineiro.

Palavras-chave: Crise econômica, finanças públicas; Uberlândia (MG); município; Brasil.

ABSTRACT

The years that followed after the fiscal imbalances of 2015 imposed a strong impact on the public finances of municipalities across Brazil, the difficulty to close accounts and honor basic commitments such as paying employees became routine in most municipalities and in Uberlândia the reality was no different. The research then seeks to measure, using the municipal accounts themselves, how severe the effect of the financial crisis was in a municipality considered rich by Brazil's indices, and why the impacts were felt so severely in areas as sensitive to the population as a as a whole, such as health, urban infrastructure and public service, even though the municipality is large enough and has an economic dynamic strong enough to be considered the main area of influence for the entire region of the Triângulo Mineiro.

Keywords: Economic crisis, public finances; Uberlândia (MG); County; Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Descrição do código das receitas na base de Dados Siconfi.....	21.
Tabela 2: Detalhamento das receitas municipais pelo Siconfi.....	21
Tabela 3: Descrição do código de despesas na base de dados Siconfi.....	23
Tabela 4: Detalhamento das despesas municipais pelo Siconfi.....	23
Tabela 5: Deflacionamento com ano base 2013.....	27
Tabela 6: PIB per capita (2010-2017).....	30
Tabela 7: Totais dos números do emprego em Uberlândia (2013-2019).....	33
Tabela 8: Receitas e despesas nominais de Uberlândia (2013-2019).....	42
Tabela 9: Receitas e despesas do município de Uberlândia (MG). A preços de 2013 (2013-2019).....	43
Tabela 10: Pessoal e Encargos Sociais (Despesas Pagas).....	46
Tabela 11: Contratação por tempo determinado.....	47
Tabela 12: Juros e encargos da dívida.....	47
Tabela 13: Outras despesas correntes.....	49
Tabela 14: Material de consumo.....	50
Tabela 15: Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.....	52
Tabela 16: Investimentos.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PIB Brasileiro trimestral (compilado) 2013-2019.....	25.
Gráfico 2: Inflação Anual 1995-2019.....	26.
Gráfico 3: Produto interno bruto de Uberlândia a preços correntes 2010-2017.....	29.
Gráfico 4: Produto Interno Bruto de Uberlândia a preços de 2013 (2013-2017)	29.
Gráfico 5: Projeção linear população de Uberlândia 2010 a 2019.....	31.
Gráfico 6: Emprego na indústria de transformação 2014-2018.....	34.
Gráfico 7: Empregos no setor comercial de Uberlândia 2014-2018.....	35.
Gráfico 8: Emprego em atividades administrativas 2014-2018.....	36.
Gráfico 9: Emprego no setor de Saúde humana e Serviço Social (2014-2018).	37.
Gráfico 10: Receitas e despesas nominais de Uberlândia (2013-2019).	42.
Gráfico 11: Receita e despesas de Uberlândia deflacionados com base em 2013.	44.
Gráfico 12: Juros e Encargos da dívida	48.
Gráfico 13: Material de Consumo (2013-2019).	51.
Gráfico 14: Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.	53.
Gráfico 15: Investimentos 2013-2019.	55.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. REFERENCIAL TEÓRICO	15
1.1 A figura do Estado.....	15
1.2 As funções do Estado	17
1.3 Considerações sobre tributação	18
1.4 Sobre a base de dados.....	20
2. SITUAÇÃO MACROECONOMICA BRASILEIRA	24
2.1 O Produto Interno Bruto brasileiro.....	24
2.2 A inflação brasileira	26
3. EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA	28
3.1 O Produto Interno Bruto do município.....	28
3.2 A demografia Uberlandense.....	30
3.3 O emprego no município.....	31
3.4 A receita Uberlandense	37
3.5 A despesa no município	40
3.6 Evolução da receita e despesa	41
3.7 Evolução em contas selecionadas de despesa	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58

INTRODUÇÃO

O Município de Uberlândia localizado na região sudeste do Brasil em específico no estado de Minas Gerais em uma microrregião de nome triangulo mineiro possui história um tanto quanto curiosa visto que, a não muito tempo, Uberlândia que hoje supera em mais de um terço a população do maior município vizinho, Uberaba, era na verdade uma de suas províncias e por razões diversas que são importantes a este estudo será possível entender as causas por trás deste fenômeno não muito comum no país.

No local onde hoje se edifica a cidade, em 1818 o sesmeiro João Pereira da Rocha¹ construiu sua fazenda e passou a viver ali com sua esposa e filhos, as terras acabaram sendo desmembradas a medida que os filhos foram crescendo e necessitando seu próprio espaço, nesta divisão não só os filhos puderam ter acesso a esta terra como outros interessados, entre estes interessados Luís, Francisco, Antônio e Felisberto Alves Carrejo acabaram por se fixar na região em solos que ainda hoje permanecem na zona rural desta cidade. Felisberto Alves Carrejo, uma figura muito importante na história deste município, adquiriu, anos mais tarde, da viúva de João Pereira da Rocha, uma propriedade de grande tamanho as margens do Córrego das Galinhas (Atual Avenida Getúlio Vargas) e nesta ocasião essa área de terra já comportava algumas famílias e este local é hoje conhecido como bairro Tabajaras. Com o aumento populacional e a chegada de novos viajantes que ali decidiram ficar começa a tomar forma de modo mais concreto o que viria a ser a cidade de Uberlândia. Objetivando atender aos clamores da fé católica do povo que ali vivia, o bispado responsável pela região recorreu à Francisca Alves Rabelo com intuito de conseguir terras para a construção da simples paróquia devotada a Nossa senhora do Carmo, padroeira do município ainda hoje. Mais que isso, conseguiram quatrocentos alqueires a um preço de quatrocentos mil réis. Ali edificaram a paróquia de nossa senhora do Carmo e no entorno daquela igreja começaram a aparecer as primeiras vielas e casas, e aquele pedaço de terra passou a ser chamado em 1846 de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha.

No ano de 1888 através do decreto no. 51, de sete de junho a freguesia de Nossa Senhora do Carmo e São Sebastião da Barra de São Pedro de Uberabinha foi elevada a

¹ Secretaria de Cultura: São Pedro do Uberabinha entre memórias e histórias. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura/historia-de-uberlandia/>.

categoria de Vila e somente dois meses após a elevação, em 31 de agosto do mesmo ano, ganhou sua emancipação do município de Uberaba através do decreto provincial no. 4643, que sob o apoio do governo do estado institui três anos mais tarde um prédio para a administração municipal, além de secretários para auxiliarem a redação do código de administração pública e de prisão da agora cidade de São Pedro do Uberabinha.

O nome Uberlândia surge no ano de 1929 no dia dezenove de Outubro com intuito de simplificar e homenagear o município que já se desenvolvia de forma pujante naquele período, passando a se chamar “Terrafértil” em tradução livre dos termos latinos “uber” e alemão “landia”.

O desenvolvimento econômico e populacional da região ganha forma após sua emancipação com o surgimento quase que imediato do primeiro jornal local e com a vinda da primeira instituição de ensino secundário para a região. A atividade industrial ganha volume e no início do século vinte já era possível ver em operação no município fabricas de cerveja, cigarro, couro e uma bem organizada indústria agropastoril com ímpeto na extração de leite e exportação de carne suína a outros municípios e estados.

A cidade de Uberlândia que em 2019 completou 131 anos e é conhecida por muitos como “A capital nacional da logística” tamanha a importância e dimensão das empresas deste setor que aqui se formaram ou por aqui cresceram. Esse título confere muito importância ao município e não vem por acaso, uma vez que geograficamente a cidade se encontra quase ao centro do Brasil, tornando-se rota obrigatória para aqueles que vêm da região Sul/Sudeste com intuito de chegar à capital Brasília. Como bem dito pelo professor Eduardo Nunes Guimarães:

“Portanto, conforme mostram os estudos históricos, foi a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), com a efetiva decisão e a coragem de construir Brasília no interior de Goiás que o Triângulo Mineiro e, em particular, Uberlândia, recebeu os benefícios diretos e indiretos da infraestrutura e dos volumosos e decisivos investimentos de capital.” (Guimarães, 1990, 2010).

Afora isso sua posição ainda em área de influencia da capital paulista a torna importante há bastante tempo para captar tanto os produtos de outras regiões do Brasil que escoam para os portos de Santos e Rio de Janeiro quanto para produtos que saem da indústria paulista e abastecem todo o Brasil. A história do município se confunde com a chegada da ferrovia Mogiana² que saía da cidade de Campinas e cruzava toda a região cafeeira do estado paulista e triângulo mineiro. Cabe ainda ressaltar que por ser uma parte importante de escoamento da rota Mogiana a cidade e seus carros de boi³, amplamente usados ajudaram a fortalecer as rotas comerciais com o entorno, o que mais tarde ajudará a explicar enormemente a força logística do município em específico, e não de outros com características semelhantes no entorno.

O município de acordo com o último censo do IBGE em 2010 contava com 604.013 mil habitantes e possui estimativa de 691.305 para o ano de 2019. É interessante observar o salto populacional do município da década de 1970 até a presente data, visto que naquele período o censo contava 126.112 mil habitantes. Os fatores que levaram ao abrupto crescimento populacional da cidade são diversos, entre eles estão às supracitadas, posição geográfica, dinâmica ocasionada pela ferrovia Mogiana, proximidade com a capital brasileira e influência da capital paulista, dentre outros fatores pouco relevantes neste momento.

Ainda descrevendo o município de Uberlândia afim de dimensionar a dinâmica econômica do município é adequado verificar de onde provem sua principal força motriz, melhor dizendo qual o setor que mais impulsiona a economia e o emprego na região. Para isso lançar-se-á mão dos dados do IBGE. O mesmo nos informa que no ano de 2017 o setor de serviços foi o principal responsável pela geração de produto interno bruto do município, criando uma receita de 15 bilhões de reais; que coloca Uberlândia na vigésima quinta colocação nacional de geração de renda para este setor. Em sequência é possível ver o setor de transformação industrial como dinamizador da economia local, criando pouco mais de 6 bilhões de reais para a cidade, colocando Uberlândia como a vigésima oitava potência industrial nacional e terceira colocada no ranking para os municípios mineiros. Em um universo de pouco mais de 691 mil indivíduos a mão de obra empregada no município é bastante elevada com aproximadamente 35,6% dos indivíduos engajados no mercado de trabalho o que totaliza 241 mil indivíduos do universo populacional. Isso coloca Uberlândia

² Companhia Mogiana. Disponível em: <http://museusferroviarios.net.br/antigas-companhias/companhia-mogiana/>

³ Ponte entre Minas Gerais e Goiás recebe o título de patrimônio cultural brasileiro. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/Pontepênsilaffonsopenna>.

na segunda colocação dentre as cidades do estado com maior número de pessoas participando ativamente do mercado de trabalho.

Tratando dos dados sociais. Na localidade 98% das crianças são escolarizadas e alfabetizadas e a cidade de porte médio conta com 185 escolas de ensino fundamental, 52 escolas voltadas ao ensino médio e duas universidades federais. Frente a isso e junto a uma enorme rede de faculdades particulares mais um ponto sobre a forte dinâmica econômica uberlandense fica explicado, uma vez que as instituições para qualificação da mão de obra é algo abundante neste município. Cabe ressaltar que o índice de desenvolvimento humano da cidade é considerado pelos órgãos competentes como alto com um número de 0,789 no último censo realizado. Isso se deve entre muitas outras coisas ao exemplar sistema de tratamento de água e esgoto que no município atinge 98,2% da população. Além disso, o Município conta com 108 estabelecimentos do SUS dentre esses um complexo hospitalar federal e outro municipal conveniado a União e ao Estado para atendimento de casos de alta complexidade, tornando a cidade polo para atendimento de pessoas de outros municípios devido ao atendimento de excelente qualidade em saúde para casos mais complexos.

Em 2014 o Brasil como um todo passou a sentir os efeitos de uma abrupta desaceleração econômica. Não há um consenso se foi pela irresponsabilidade fiscal, pela nova matriz macroeconômica ou se foi somente pelo fim do alto valor das *commodities* e a insustentabilidade da continuidade do crescimento pela falta de investimentos industriais no tempo correto de *boom* do ciclo. O que interessa neste trabalho é saber que o impacto chegou ao município de Uberlândia de modo muito feroz, e se viu no município como um todo uma grande quantidade de lojas para alugar, indústrias de grande porte fechando as portas a exemplo da asiática DAIWA, a construção civil que outrora ocupava a cidade em todas os bairros estagnou, a infraestrutura urbana rapidamente acusou a falta de recursos para a manutenção principalmente das vias públicas, a falta de remédios nas unidades de atendimento integrado chegou a ser uma realidade e o desemprego cresceu vigorosamente. Uma situação preocupante e bastante complexa até então nunca vista.

Frente a este quadro, compreender a dinâmica econômica do município no período compreendido entre 2015 a 2019, analisando os valores das contas públicas municipais desmembrando-as por setores sensíveis a população em áreas que envolvem cultura, saúde, educação, infraestrutura. Partindo do ponto que se a situação é visivelmente pior, quedas nestes números sejam esperadas em relação a períodos pretéritos. Este trabalho se

desmembrará em cinco partes, sendo elas: uma breve introdução para que o leitor tenha contato com a realidade uberlandense, uma parte teórica que lançará mão dos conceitos básicos para as análises da terceira parte e a quarta parte, que tratam respectivamente da realidade macroeconômica nacional e dos dados municipais retirados do tesouro nacional. Isso redundará nas considerações finais que tratarão de amarrar os dados e discussões levantadas no decorrer da pesquisa. Em resumo, entender as causas deste efeito econômico tão severo no Município norteará o presente trabalho.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo discutirá as funções do Estado, suas dimensões, como atua no caso brasileiro, porque realiza algumas funções pontuais e detém monopólio de alguns serviços. Em seguida o governo será teorizado e delimitado como um agente responsável por suprir algumas falhas inerentes ao mercado. As formas como o governo consegue arcar com seus compromissos é um assunto para a tributação, que contará com um subitem exclusivo por carregar em si algumas particularidades de modo que sua existência seja bem vista e tolerada sem grandes desconfortos por todos os indivíduos. Tendo por fim algumas considerações sobre a base de dados utilizada para analisar as finanças públicas do governo municipal de Uberlândia.

1.1 A figura do Estado

O conceito de finanças públicas não pode ser analisado sem que antes seja definido e delimitado o porquê existe em todas economias do mundo a figura do Estado e mais ainda o motivo deste ter em maior ou menor grau de funções importantes dentro de cada milímetro de território existente no planeta.

Para chegar à explicação seis fatores são de suma importância, são eles: A existência de bens públicos, externalidades, desemprego e inflação, informações assimétricas, mercados incompletos e monopólios naturais. Todos estes itens configuram falhas de mercado em uma economia, tornando-a incapaz de se autorregular e, portanto, ferindo a ideia de distribuição ótima da renda em uma economia completamente a mercê do que Adam Smith chamou de mão invisível do mercado. Isso se explica, pois em todas as economias a ideia do ótimo de Pareto prevaleceria, sendo impossível melhorar a situação de um sem que outro perdesse alguma coisa, tal informação nem sempre condiz com a realidade se a análise econômica deixar de ser estática e colocarmos na dinâmica a existência do crescimento econômico. Porém, não se pode negar que o crescimento sem planejamento tende a fortalecer desigualdades ou quando muito reduzi-las a uma velocidade não satisfatória a todos os indivíduos que estão inseridos naquela realidade. Para tanto surge a necessidade de um agente autônomo alheio às vontades do mercado que tenha como preocupação a melhoria do bem-

estar social, neste momento a figura do Estado aparece como moderador de tais circunstâncias objetivando reduzir as desigualdades sociais equilibrando e organizando a regra do jogo econômico. Esta linha de análise condiz com a teoria tradicional das finanças públicas, amplamente exposta pelos professores Fabio Giambiagi e Ana Cláudia Além⁴, embora não seja a única, visto que é uma área muito ampla e não completamente cristalizada em consensos⁵.

Os bens públicos são aqueles em que o princípio da não exclusão se aplica, isso significa dizer que uma vez ofertado uma pessoa não pode precificar o tamanho do seu benefício em ter aquilo, ou ainda dimensionar o quão importante aquele benefício é para o mesmo caso fosse precificado, e se isso fosse possível, certamente a tendência seria de subprecificação e talvez até da recusa ao pagamento do benefício alegando, em um comportamento carona, não precisar de tal benefício. A não exclusão funciona com ruas, infraestrutura, polícia, justiça, etc. Bens que por não poderem ser excluídos ou precificados são disponibilizados pelo Estado, pois a iniciativa privada se adapta melhor ao mercado de bens em que o princípio da exclusão se aplica de forma clara, sendo o empresário quem precifica seu produto podendo o indivíduo comprar ou não, coisa impossível de conceber com uma rua, ou poste de iluminação pública.

As externalidades podem ser positivas ou negativas, causam benefícios ou danos aos indivíduos de uma sociedade. Quando empresas ou indivíduos executam funções que causem impacto na vida de outros indivíduos de modo negativo, por exemplo, um fumante dentro de uma sala ou uma empresa poluidora de um rio da cidade, o Estado que visa proteger a maioria dos cidadãos, se vê obrigado a tomar alguma atitude e de fato só ele por ter o monopólio da força e das leis pode agir neste sentido, e age criando mecanismos de controles a tais danos, que podem ser multas, notificações, instituição de mecanismos de proteção e segurança, entre outras medidas diversas que visam reduzir o impacto negativo a maior quantidade possível de indivíduos.

Falhas de mercado podem levar a alta inflacionária e a situações que deixem o nível de emprego fora das taxas de pleno emprego, na tentativa de resolver tais falhas é comum que o Estado intervenha objetivando manter o emprego a taxas próximas do nível ideal além de executar políticas de cunho fiscal e monetário que podem atingir o índice inflacionário.

⁴ Finanças Públicas – Teoria e prática no Brasil. Por Fabio Giambiagi e Ana Cláudia Além.

⁵ O Estado Empreendedor – Desmascarando o mito do setor público vs Setor privado, por Mariana Mazzucato. O capital e suas metamorfoses, por Luiz Gonzaga Belluzzo.

A assimetria de informações pode ser um risco a economia quando grandes agentes econômicos escondem dados que possam sugerir debilidades estruturais a ponto de prejudicar investidores e trabalhadores, frente a esta situação o Estado atua como um agente que busca a transparência dentro do sistema, evitando assim grandes colapsos econômicos que acabariam por recair sobre sua figura caso ocorressem, tal medida é indiretamente relacionada ao bem-estar social ao evitar o colapso.

Quanto aos mercados incompletos o Estado aparece normalmente como um agente coordenador de esforços para ordená-los ou possibilitar de alguma forma que algum objetivo seja concluído, a exemplo, se o esforço for de rápida industrialização o Estado, além de coordenar o esforço dos agentes privados vai lançar as bases para o financiamento de capital necessário a tal processo.

Monopólios são instintivamente vistos como não naturais e prejudiciais à população, porém é possível que eles existam e seja a melhor alternativa ao consumidor, isso ocorre no caso dos monopólios naturais, que se materializam em setores como o de energia elétrica, tratamento de água e até pouco tempo nas telecomunicações, onde seria muito mais custoso ao consumidor ter várias opções de empresas que se refletiria em uma baixíssima escala de produção para cada uma delas tornando todo o processo muito mais caro, na maioria das vezes os monopólios naturais são de propriedade estatal e nos poucos casos onde não o é existe uma forte regulação para que os preços não sejam danosos aos consumidores finais.

Estas são algumas das causas fundamentais em Economia para a existência e atuação do Estado, e frente a isso resta conhecer as formas pelas quais é possível ao Estado fazer valer sua autoridade e com isso organizar a sociedade e conseqüentemente a dinâmica econômica de uma determinada região.

1.2. As funções do Estado

Como órgão responsável por minimizar falhas no meio social e com impulso de diminuir ao máximo disparidades existentes criadas por seres humanos e pelo mercado o Estado atua por meio de três funções; a saber: 1. alocativa, 2. distributiva e 3. estabilizadora. De modo respectivo a função alocativa se realiza quando determinado produto ou serviço não pode ter seu benefício facilmente medido e dimensionado para cada indivíduo, possibilitando assim que sua distribuição seja feita universalmente de modo que seu usufruto seja mensurado

de acordo com a quantidade utilizada, exemplo do sistema de energia elétrica ou do serviço de iluminação pública, que se pudesse ser colocado a sabor do mercado ou da decisão dos indivíduos em pagar provavelmente nunca teria um denominador comum ou então teria diversos caroneiros que se utilizariam do serviço porém escolheriam não pagar pelo seu uso. Existem casos mais complexos que por mais que o Estado deixe de prover determinados serviços em detrimento dele ser ofertado pela rede privada, o Estado ainda sim deve promover intensa observância pois pode ser que o produto ou serviço universal deixe de ser ofertado em regiões pouco rentáveis e tal ação não pode ocorrer pois alguns produtos são de importância fundamental para o avanço e desenvolvimento das regiões e pessoas que ali vivem. Neste caso a função de regulador dá ao Estado essa característica meritória ou semipública a alguns determinados serviços em uma sociedade.

A função distributiva do Estado emerge quando se percebe disparidades severas na distribuição de renda, a solução para tal desigualdade pode ocorrer por redistribuição, ou por incentivos como os subsídios. Na tentativa de redistribuir a renda de modo considerado justo entre os participantes da sociedade o governo pode adotar uma série de medidas, e os impostos são as versões mais comuns para este feito, seja colocando imposto sobre a renda captado das mais diversas maneiras ou sobre o consumo, em alguns casos o imposto sobre o consumo é progressivo, de modo que aqueles que auferem uma renda maior paguem maiores taxas pelo usufruto de produtos ou serviços, o que torna mais justo e auxilia criando uma monta maior de recursos ao governo para promover essa descentralização de renda.

A terceira função do Estado por mais que exista desde os primórdios da concepção do Estado seja ela de visão Hobbesiana, Rousseauiana, Maquiavélica entre várias outras, ganhou importância, destaque e descrição como forma de funcionamento da economia na obra máxima de John Maynard Keynes *Teoria Geral, do Juro do Emprego e da Moeda* pois é nessa obra que a ideia de auto regulação mercadológica deixa de existir e os equilíbrios ditos naturais perdem validade, tendo para Keynes políticas fiscais e monetárias ativas o poder de manter elevado e estabilizado um nível alto de emprego na economia como um todo. É neste sentido e lançando mão destas duas ferramentas governamentais, política fiscal e monetária, que o Estado passa a ter também uma função estabilizadora na economia e na sociedade.

1.3 Considerações sobre tributação

Para conseguir obter recursos e realizar suas funções o Estado precisa lançar mão de alguma estratégia, e a estratégia utilizada é a imposição de tributos para obtenção de recursos. Os tributos possuem características muito específicas e podem incidir em todas as partes das relações econômicas. No entanto deve-se observar alguns princípios morais para que o excesso não crie insatisfação na população e conseqüentemente crie atritos entre povo e Estado. Um tributo deve ser considerado sempre socialmente justo. E para ter essa característica ele deve observar o princípio da equidade na distribuição do ônus, onerar quem pode pagar mais e deve mexer o mínimo possível na alocação eficiente do mercado.

Cabe ressaltar que um sistema tributário simples e de fácil entendimento é normalmente bem aceito pela população. Como dito anteriormente ele pode incidir em várias partes da cadeia de valor econômica, os lugares mais comuns são na renda, mais comum ser retido na fonte, ou seja, no momento do recebimento do recurso pelo indivíduo. Pode incorrer da posse ou do patrimônio de um indivíduo e ainda ser retido no momento das vendas.

Os tributos sempre sofrerão com *trade-off*, isso porque é quase impossível cobrar um imposto que seja perfeitamente equilibrado entre os princípios da equidade, neutralidade e simplicidade. No entanto isso não deve impedir que a medida ótima entre os três princípios deixe de ser sempre perseguida.

No caso brasileiro, a questão não é se aproximar de um ótimo de Pareto e sim buscar uma incidência mais justa que onere menos as pessoas de renda mais baixa e mais aqueles indivíduos de renda mais significativa. Neste sentido a discussão quase sempre presente nos centros de poder é a da reforma tributária. O processo de pensar em algo tido como ideal e sua aprovação como objeto de lei é longo e normalmente deturpa enormemente aquilo que se havia pensado inicialmente, isso porque a distribuição de renda engloba cinco grupos de poder, com níveis de barganha distintos entre eles. O pacto federativo exige que a renda auferida pela união seja distribuída de modo não igualitário entre os diferentes estados e municípios, a disputa setor privado e governo definirá o volume de recursos a ser captado pelos governos, a questão regional e suas particularidades atraem mais ou menos recursos da parcela de distribuição governamental, a questão funcional define o limite para quanto da renda do setor privado será dividida entre lucros e salários, tendo por fim a égide pessoal que centra a distribuição de renda entre as diferentes classes sociais do país.

As forças em seu jogo de poder acabam por moldar as sucedidas reformas tributárias enfrentadas pelo país e os gargalos criados são levados às discussões posteriores de novas reformas. Os gargalos do atual sistema tributário brasileiro se referem à falta de equidade na cobrança dos tributos, a carga tributária elevada que afeta a competitividade da produção nacional e a existência de impostos em cascata (incidência de vários impostos sobre um único produto).

1.4 sobre a base de dados

A metodologia e os dados analisados neste trabalho foram retirados da Secretaria do Tesouro Nacional através dos balancetes anuais das finanças públicas municipais constantes do Sistema de Informações Contábeis e fiscais do Setor Público brasileiro (SICONFI). O sistema extremamente completo e detalhado traz informações compiladas de todos os municípios brasileiros de modo padronizado em todos os anos solicitados, para apresentar os dados relacionados ao município de Uberlândia, em específico, todas as planilhas tiveram de ser filtradas para que somente a cidade fosse mostrada. A base de dados que surge daí une informações dos anos de 2013 a 2019 com os itens Despesas orçamentárias (anexo I-D) e Receitas orçamentárias (anexo I-C). A escolha dos dois itens ocorre justamente por tornar mais claro a relação contábil de receitas e despesas além de ser um material extremamente amplo e repleto de detalhes descritivos, o que torna a pesquisa mais completa para possibilitar a análise da realidade orçamentária de Uberlândia.

A forma com que os dados são entregues é bastante intuitiva, porém deve-se ter muito cuidado para não haver dupla contagem, isso porque a disposição dos dados segue uma sequência de abertura detalhada das contas. O primeiro item sempre será o código de todo o grupo orçamentário somado, e as subdivisões os detalhes do orçamento, de modo que se não observada tal disposição pode haver superdimensionamento dos dados; afetando e comprometendo os resultados do estudo.

A descrição das contas ocorre em forma de códigos em cascata. De modo que o número com maior sequência de zeros será sempre o mais amplo e por consequência carregará consigo uma somatória muito maior de outros subitens. Para que fique mais claro os códigos e descrições mais importantes e que ocorrem na maioria absoluta dos municípios estão expostos na sequência.

Tabela 1: Descrição do código das receitas na base de dados Siconfi

Classe	Grupo	Subgrupo	Título	Subtítulo	item	subitem	Conta	Título
1	0	0	0	0	00	00	1.0.0.0.0 .00.00	ATIVO

Fonte: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG (2018).

Todos os itens de classe até o número duplo do subitem formam o grande código em destaque na aba conta, é o número da conta que está exposto nas contas públicas de todos os municípios do Brasil e por isso é importante entender o que significam os grandes grupos de contas, pois quanto maior o nível de detalhe melhor a descrição dentro do sistema de contas nacionais. Para isso as funções das grandes contas serão expostas em sequência para que se torne mais claro a forma como são expostos e dispostos os dados e o que caracterizam determinadas contas, para que, no decorrer do trabalho, quando as análises de efeito de subcontas, que tem maior impacto na vida dos cidadãos forem expostas, se saiba com mais precisão de onde vem e qual sua função dentro do orçamento municipal, tornando mais claro e fácil o entendimento de todas as análises que se seguirão no corpo do trabalho.

Tabela 2: Detalhamento das receitas municipais pelo Siconfi.

1.Receita Corrente	
1.Impostos taxas e contribuições	
1.Impostos	De 1.1.1.0.00.0.0 até 1.1.1.9.01.1.0
2.Taxas	De 1.1.2.0.00.0.0 até 1.1.2.2.02.1.0
3.Contribuições	De 1.1.3.0.00.0.0 até 1.1.3.0.00.1.0
2.Contribuições	
1. Contribuições Sociais	De 1.2.1.0.00.0.0 até 1.2.1.9.99.2.0
2.Contribuições Econômicas	De 1.2.2.0.00.0.0 até 1.2.2.0.99.1.0
3.Contribuições para entidades privadas de Serviço social e Formação profissional	De 1.2.3.0.00.0.0 até 1.2.3.0.01.1.0
3.Receita Patrimonial	
1.Exploração do patrimônio imobiliário do Estado	De 1.3.1.0.00.0.0 até 1.3.1.0.99.1.0
2.Valores mobiliários	De 1.3.2.0.00.0.0 até 1.3.2.9.00.1.0
3.Delegação de serviços públicos mediante concessão, autorização	De 1.3.3.0.00.0.0 até 1.3.3.9.99.1.0

4.Exploração de recursos naturais	De 1.3.4.0.00.0.0 até 1.3.4.9.99.1.0
5.Exploração do patrimônio intangível	De 1.3.5.0.00.0.0 até 1.3.5.0.04.1.0
6.Cessão de direitos	De 1.3.6.0.00.0.0 até 1.3.6.0.01.1.0
9.Demais receitas patrimoniais	De 1.3.9.0.00.0.0 até 1.3.9.0.00.1.0
4.Receita agropecuária	De 1.4.0.0.00.0.0 até 1.4.0.0.00.1.0
5.Receita industrial	De 1.5.0.0.00.0.0 até 1.5.0.0.00.1.0
6.Receita de serviços	
1.Serviços administrativos e comerciais gerais	De 1.6.1.0.00.0.0 até 1.6.0.0.04.1.0
2.Serviços e atividades referentes a navegação e ao transporte	De 1.6.2.0.00.0.0 até 1.6.2.0.04.3.0
3.Serviços e atividades referentes à saúde	De 1.6.3.0.00.0.0 até 1.6.3.0.02.2.0
4.Serviços e atividades financeiras	De 1.6.4.0.00.0.0 até 1.6.4.0.03.1.0
9.Outros serviços	De 1.6.9.0.00.0.0 até 1.6.9.0.99.1.0
7.Transferências correntes	De 1.7.0.0.00.0.0 até 1.7.8.0.00.1.0
9.Outras receitas correntes	
1.Multas administrativas, Contratuais e judiciais	De 1.9.1.0.00.0.0 até 1.9.1.0.13.2.0
2.Indenizações, restituições e ressarcimentos	De 1.9.2.0.00.0.0 até 1.9.2.3.99.1.0
3.Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	De 1.9.3.0.00.0.0 até 1.9.3.0.05.1.0
9.Demais receitas correntes	De 1.9.9.0.00.0.0 até 1.9.9.0.99.2.0
2.Receitas de Capital	
1.Operações de crédito	
1.Mercado interno	De 2.1.1.0.00.0.0 até 2.1.1.9.00.1.0
2.Mercado externo	De 2.1.2.0.00.0.0 até 2.1.2.9.00.1.0
2.Alienação de Bens	
1.Móveis	De 2.2.1.0.00.0.0 até 2.2.1.3.00.1.0
2.Imóveis	De 2.2.2.0.00.0.0 até 2.2.2.0.00.2.0
3.Intangíveis	De 2.2.3.0.00.0.0 até 2.2.3.0.00.1.0
3.Amortização de empréstimos	De 2.3.0.0.00.0.0 até 2.3.0.0.80.1.0
4.Transferências de Capital	De 2.4.0.0.00.0.0 até 2.4.8.0.00.1.0
9.Outras receitas de capital	
1.Integralização de Capital Social	De 2.9.1.0.00.0.0 até 2.9.1.0.00.1.0
2.Resultado do Banco central	De 2.9.2.0.00.0.0 até 2.9.2.0.00.2.0
3.Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	De 2.9.3.0.00.0.0 até 2.9.3.0.00.1.0
4.Resgate de títulos do tesouro	De 2.9.4.0.00.0.0 até 2.9.4.0.00.1.0
9.Demais receitas de capital	De 2.9.9.0.00.0.0 até 2.9.9.0.00.1.0

Fonte: MPDG, 2018.

Para as despesas, a estrutura de análise se assemelha bastante, porém os códigos se condensam um pouco mais. O padrão de análise consta na Tabela 3, a seguir, com respectiva descrição das despesas.

Tabela 3. Descrição do código de despesas na base de dados Siconfi.

DÍGITO(S)	1º	2º	3º e 4º	5º e 6º	7º e 8º
NÍVEL	Categoria Econômica	Grupo de Natureza de Despesa	Modalidade de Aplicação	Elemento de Despesa	Subelemento

Fonte: MPDG, 2018

Tabela 4: Detalhamento das despesas municipais pelo Siconfi.

3.Despesas Correntes	
1.Pessoal e Encargos Sociais	De 3.1.00.00.00 até 3.1.99.99.00
2. Juros e Encargos da Dívida	De 3.2.00.00.00 até 3.2.99.99.00
3. Outras Despesas Correntes	De 3.3.00.00.00 até 3.3.99.99.00
4.Despesas de Capital	
4. Investimentos	De 4.4.00.00.00 até 4.4.99.99.00
5. Inversões Financeiras	De 4.5.00.00.00 até 4.5.99.99.00
6. Amortização da dívida	De 4.6.00.00.00 até 4.6.99.99.00
9.Reserva de Contingencia	
Número único	9.9.99.99.99

Fonte: MPDG, 2018

Tendo posse de tais informações ficará mais fácil proceder com a análise das contas selecionadas, sendo possível ao leitor identificar quais são agregadas e quais fazem parte de um subconjunto. Cabe destacar que o capítulo seguinte ainda não se utilizará da base de dados municipal, isso, pois é necessário entender a dinâmica nacional para depois adentrar na análise focalizada do município, pelo fato do município não ser isolado da federação e a dinâmica macroeconômica ter impacto direto na economia regional.

2. SITUAÇÃO MACROECONÔMICA BRASILEIRA

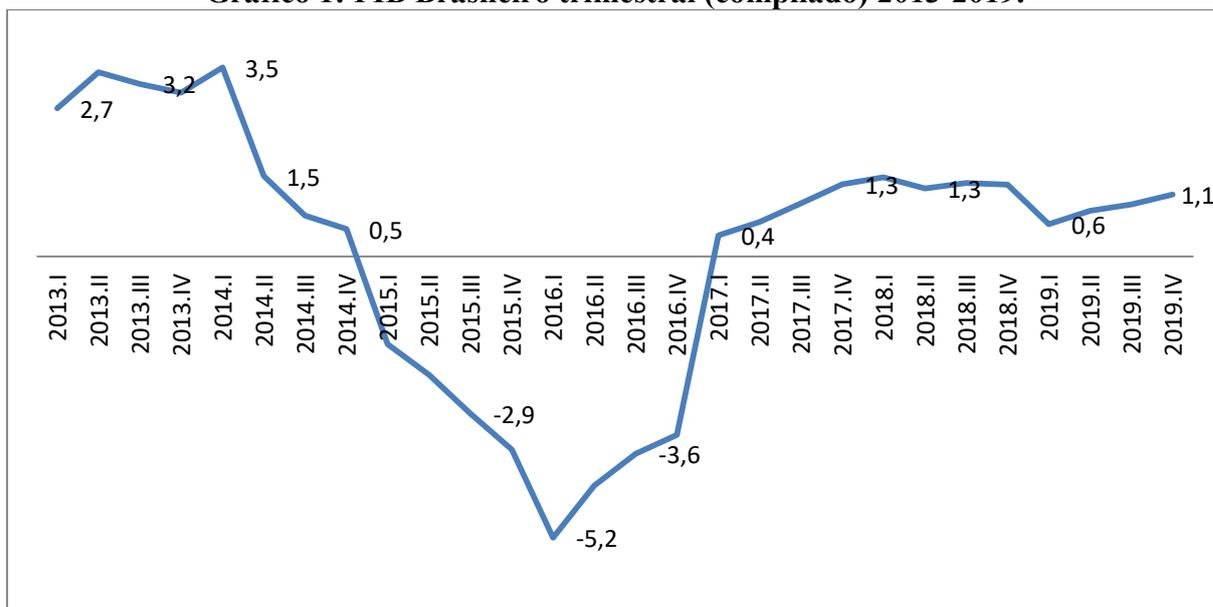
Com o quadro de reversão de expectativas dado pela crise do *subprime* em 2008, fortemente sentida em todos os países do mundo com consequências sérias sobre o ritmo de crescimento global até os dias de hoje, o dinamismo proporcionado pelas exportações brasileiras acabou se revertendo, e um quadro fiscal deficitário passou a perseguir a economia nacional até o ponto da insustentabilidade ocorrido no final de 2014 quando se inicia a crise econômica mais séria do país desde a década de 1980.

2.1 O Produto Interno Bruto brasileiro

A trajetória de crescimento do Brasil desde o início do século XXI acompanhou o ciclo global de altas taxas de crescimento puxadas principalmente, no caso brasileiro, pelo crescimento vertiginoso de grandes parceiros comerciais como China e Estados Unidos acompanhados de uma boa aceitação dos produtos de maior valor agregado brasileiros por parte do mercado latino, principalmente o Argentino. A primeira década do século correspondeu a um período de alto crescimento global e o Brasil soube aproveitar muito bem este período, a ponto de ser apontado por muitos como uma grande promessa de desenvolvimento quando passou a ser parte do grupo de países emergentes com altas potencialidades composto por Brasil, Rússia, Índia, China e posteriormente África do Sul. O BRICS como passou a ser conhecido esse grupo de países nunca chegou a ser um bloco econômico, porém a proximidade acabou por colocá-los em grande integração a ponto de se instalar um fundo de investimentos voltado ao desenvolvimento dos próprios países. Em voga durante toda a década a ideia de integração acabou ruindo quando eclodiu a grande crise do *sub prime* norte americana, que desacelerou o crescimento global, reduziu o até então alto preço de produtos de pouco valor agregado (*commodities*) e levou países menos industrializados e altamente dependentes na sua balança de exportações a retraírem suas taxas de crescimento. O Brasil, país altamente primário-exportador e com uma baixa diversificação industrial foi fortemente afetado pelo reajuste global dos preços, no entanto conseguiu segurar taxas de crescimento positivas até o ano de 2014. Não há uma teoria nítida sobre a real causa do desequilíbrio brasileiro pós 2014, fato que as contas públicas estavam elevadas em

demasia frente às receitas, o mercado Argentino deixa de ser um comprador assíduo de produtos de maior valor agregado, os chineses iniciam sua desaceleração programada reduzindo o volume de compras e o mundo como um todo ainda está em crescimento lento em razão da forte recessão de 2008 e 2009. Um ultimo fator, citado pelo professor Fernando de Holanda Barbosa Filho em seu artigo A crise econômica de 2014/2017, se refere a nova matriz macroeconômica adotada pelo governo Dilma que deixa de priorizar a política macroeconômica anterior em prol de um novo modelo de crescimento que é apontado por alguns como um fator também determinante para a reversão do quadro de crescimento, uma vez que lançava mão de medidas de política monetária e fiscal mais expansivas com foco no investimento, gastos, subsídios e intervenção nos preços de alguns setores considerados estratégicos. Frente a todos estes fatores, acompanhamos, no Gráfico 1, a seguir, o desempenho da economia brasileira em termos de produção:

Gráfico 1: PIB Brasileiro trimestral (compilado) 2013-2019.



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

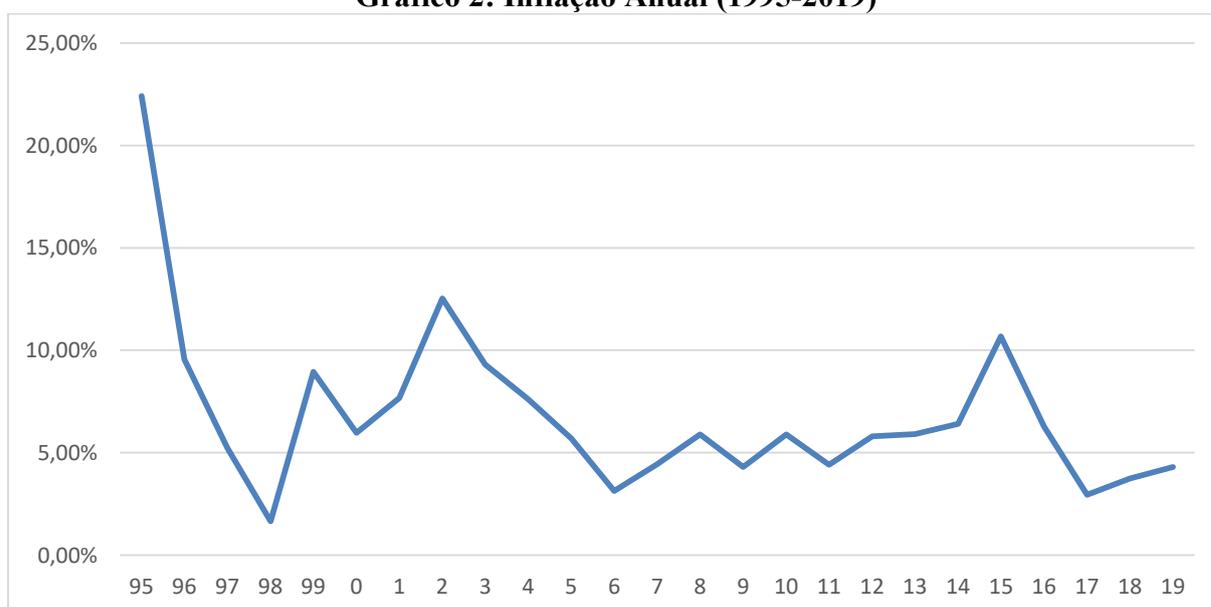
Apresentado o quadro do país como um todo nos anos pretéritos a grande crise e nos anos posteriores a ela será mais fácil entender o desempenho das finanças do Município de Uberlândia (MG) e quais foram os efeitos da recessão na vida do município no período compreendido na pesquisa. Cabe ressaltar que as questões político partidárias serão deixadas de lado por completo e que no máximo serão ressaltados anos eleitorais por apresentarem

dinâmicas de gastos específicas que envolvem a busca ou não de continuação de mandato; entre outros fatores.

2.2 A inflação brasileira

Por mais que a atual geração desconheça o que foram os períodos de hiper inflação que perduraram por muitos anos desde a redemocratização brasileira e só foi relativamente resolvido e contornado após a elaboração e implementação do Plano Real, essa variável não pode ser descartada na análise do período, uma vez que quando ocorre o desequilíbrio fiscal que redundava em uma severa crise econômica brasileira a inflação dá sinais claros de descontrole e mesmo antes de eclodir a crise seus índices já andavam a patamares elevados o suficiente para promover mudanças significativas no poder de compra do brasileiro, porque neste período que antecedeu a crise o País se encontrava numa tendência de crescimento sustentada a um ciclo relativamente longo que permitia e mostrava positivamente que aquela pressão sobre a moeda era sinal sim de um aumento positivo nos níveis de consumo das famílias brasileiras. Por motivos como o supracitado é que o comportamento da inflação será exposto (Gráfico 2) e o deflacionamento será realizado em todas as partes da pesquisa que envolvam orçamento, para que assim se tenha a análise das variações reais e não simplesmente nominais nas receitas do Município.

Gráfico 2: Inflação Anual (1995-2019)



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria

A pesquisa envolverá os anos recentes de 2015 a 2019; porém, é interessante visualizar a dinâmica num espaço um pouco maior, por se tratar de uma cidade que teve prefeitos com plataformas políticas distintas de uma gestão para a outra, ter um espectro de visão um pouco maior é interessante para se captar alguns movimentos e tendências específicas. Diante disso, a partir de agora, trabalhar-se-á os dados tendo ponto de partida o ano de 2013.

Apresenta-se, neste momento, a seguir, a estrutura de deflação utilizada, tendo o ano-base em 2013 (Tabela 5):

Tabela 5: Deflacionamento com ano base 2013

base 2013	1	5,91%
2014	0,9359	6,41%
2015	0,8292	10,67%
2016	0,7663	6,29%
2017	0,7368	2,95%
2018	0,6993	3,75%
2019	0,6562	4,31%

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A razão de ser deste capítulo está na necessidade de detalhar a situação a nível nacional para posteriormente explicar em detalhes o que ocorreu no município, uma vez que é natural que a cidade siga a tendência nacional, visto que nenhum município é imune a crises, ainda mais interligado da forma que é Uberlândia com o restante do Brasil. Além disso, a exposição da dinâmica de preços brasileira é importante para dar as bases aos valores reais da moeda brasileira frente às finanças públicas municipais que serão abaixo expostas. Neste sentido o deflacionamento com a definição de um período base em 2013, nem distante demais do nosso período de análise e nem tão próximo de modo a não captar diferentes tendências, foi desenvolvido para dar sustentação real ao trabalho que se seguirá.

3. EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA (MG)

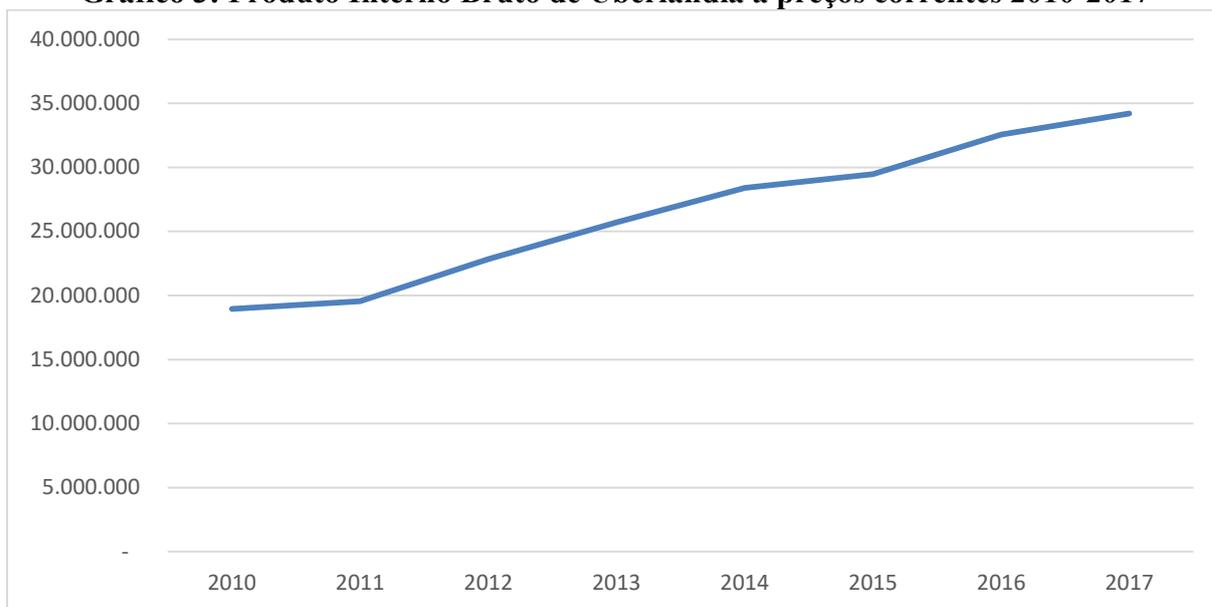
3.1 O Produto Interno Bruto do município

A Microrregião de Uberlândia composta por Araguari, Araporã, Cascalho Rico, Centralina, Monte Alegre de Minas, Tupaciguara e Prata conforma um grupo de municípios que possuem suas dinâmicas econômicas vinculadas e de certa forma estimuladas pelo município central, no caso Uberlândia. Isso porque o município que dá seu nome à Microrregião acaba concentrando um maior número de atividades econômicas que atraem pessoas das regiões de influência para trabalhar ou terem suas atividades econômicas com foco no atendimento de demandas oriundas da região de maior porte.

Mostrar a microrregião de Uberlândia tem por objetivo salientar que o município não é importante somente a seu povo e a seu próprio desenvolvimento, mas mostrar que sua dinâmica é tão intensa que afeta diretamente a vida econômica dos municípios do entorno, e que seu crescimento ou estagnação também causa impacto na vida de outras pessoas e outros municípios.

Visto isso, o Produto Interno Bruto de Uberlândia (MG), a preços correntes, em série histórica de 2010 a 2017 dará dimensão dos valores produzidos no município (Gráfico 3, a seguir). E além disso é possível verificar o quanto esses valores são distantes das receitas e despesas da administração municipal, mostrando o quão grande é o setor privado do município e significativa sua dinâmica.

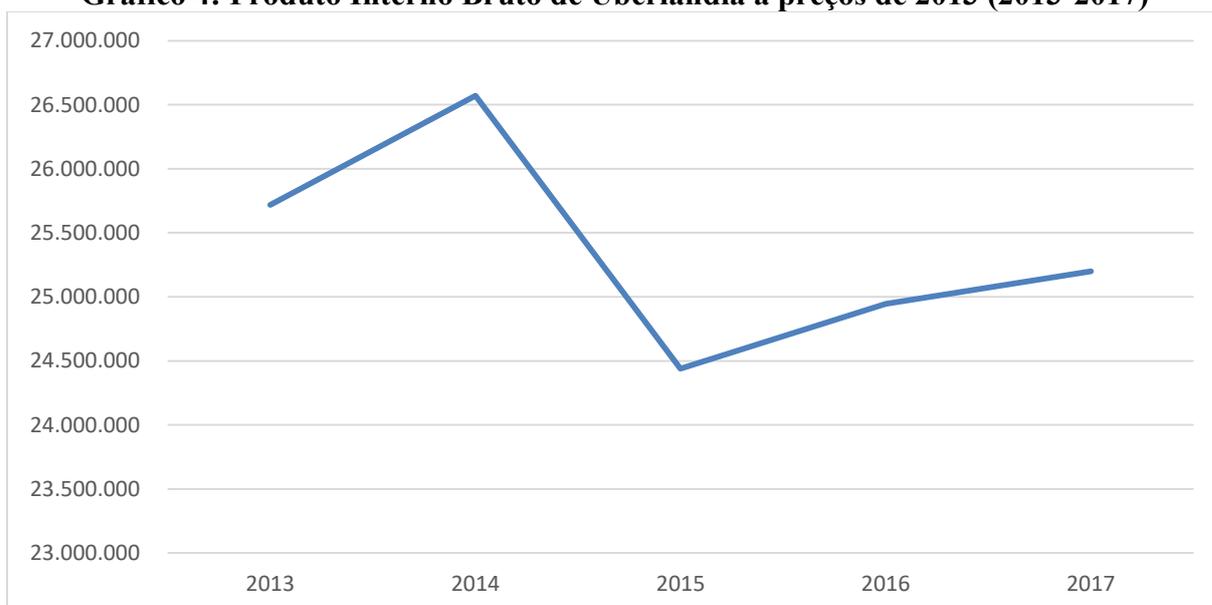
Gráfico 3: Produto Interno Bruto de Uberlândia a preços correntes 2010-2017



Fonte: IBGE. Elaboração Própria

Deve-se ter em conta que a inflação brasileira apesar de controlada, existe, e em especial em 2015 esteve bastante elevada. Portanto, o Gráfico 4 (abaixo) contém os dados deflacionados do Município, tendo por ano base 2013, do produto interno afim de se ter uma ideia mais concreta e precisa do real crescimento - ou não – vivenciado pelo mesmo.

Gráfico 4: Produto Interno Bruto de Uberlândia a preços de 2013 (2013-2017)



Fonte: IBGE. Elaboração Própria

Contrariando enormemente as cifras correntes, os valores reais mostram que o impacto econômico na região foi bastante severo e que até o ano de 2017 apesar da melhora nos termos ainda faltava um longo caminho para se atingir as cifras de 2014. Sem dúvidas o município não só parou no tempo em termos financeiros como regrediu a patamares do início da década. Pode-se dizer que a nova década macroeconômica perdida como dizem alguns economistas quando se referem ao período 2010-2020 foi perdida para vários municípios. E Uberlândia (MG) acaba se encaixando nessa análise tamanha a retração em seu nível de produto e a consequente alta com folego muito baixo, tardando para chegar aos níveis pretéritos.

Os valores do produto distribuídos per capita seguem o mesmo padrão, tanto a preços correntes como constantes (Tabela 6):

Tabela 6: PIB per capita (2010-2017)

	PIB per capita a preços correntes		PIB per capita a preços de 2013	
2010	R\$	31.569,30		-
2011	R\$	31.954,70		-
2012	R\$	36.861,91		-
2013	R\$	39.770,62	R\$	39.770,62
2014	R\$	43.366,06	R\$	40.586,30
2015	R\$	44.495,75	R\$	36.895,88
2016	R\$	48.611,02	R\$	37.250,62
2017	R\$	50.548,78	R\$	37.244,34

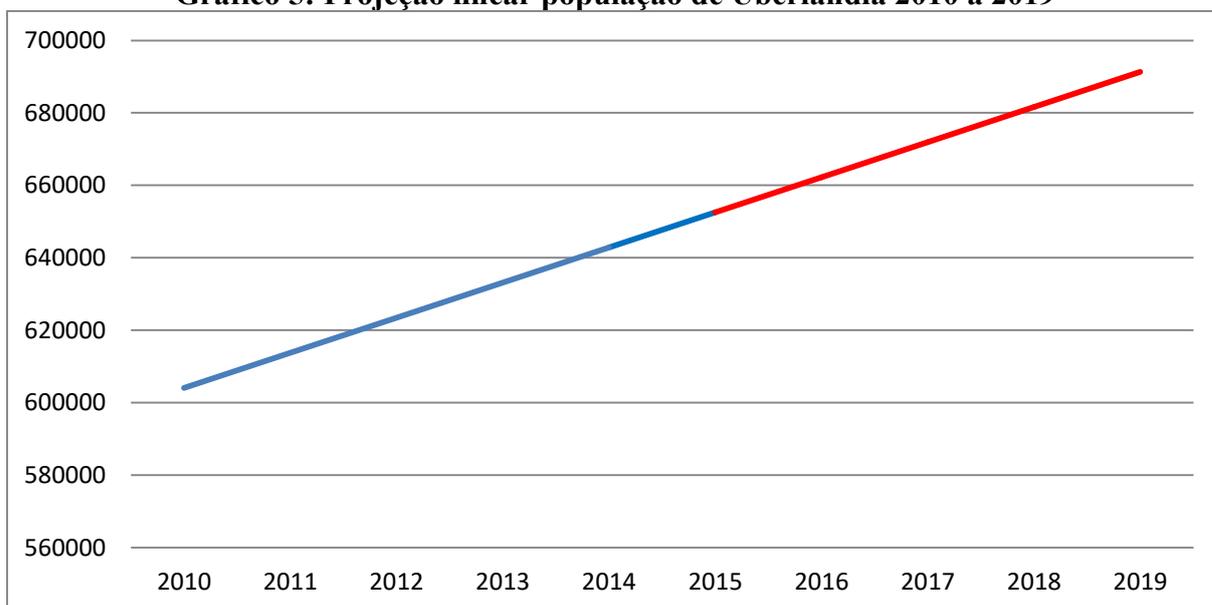
Fonte: IBGE cidades.

3.2 A demografia uberlandense

É necessário verificar quando tratamos da receita de um país ou região como esta receita se distribui entre toda a população, no caso de uma pesquisa com recorte temporal bem definido como a que trata o presente estudo, é importante observar qual o desempenho populacional dado pelo município neste período, para com isso chegar a conclusões mais precisas sobre uma possível melhoria ou piora nos termos de distribuição de produtos e

serviços àquela população. Cabe ressaltar que o último Censo populacional brasileiro foi realizado em 2010 e que os dados para 2019 constituem projeção do próprio IBGE, e a partir dela o Gráfico de projeção linear populacional foi alcançado e assim também foi possível chegar ao número aproximado de novos habitantes do município no período compreendido na pesquisa. Cabe ressaltar que o destaque em vermelho compreende o período de estudo da pesquisa.

Gráfico 5: Projeção linear população de Uberlândia 2010 a 2019



Fonte: IBGE. Elaboração própria

No período visto graficamente a cidade de Uberlândia partiu de exatos 604,013 mil habitantes e estima-se que chegou em 2019 a aproximadamente 691,305 mil habitantes, um salto expressivo para uma cidade considerada de porte médio para as análises municipais. No período compreendido da pesquisa 2015-2019 esse crescimento foi de 48,496 mil habitantes o que representa um crescimento de 7,64% da população municipal em um período de 5 anos. Cabe destacar também que a projeção resulta em acréscimo de aproximadamente 9.700 habitantes por ano.

3.3 O emprego no município

A formação econômica do município de Uberlândia (MG) tem suas bases na agricultura e produção pastoril, quase que uma característica comum a todos os municípios do interior brasileiro. Porém, os condicionantes de localização fizeram o município se tornar importante rota de passagem, o que tornou possível a criação de um mercado de serviços bastante intenso e além disso uma indústria de processamento agrícola pela grande importância de tal atividade e pela cabeça já visionária de alguns empreendedores locais que já entendiam a indústria com potencialidades fortes ao progresso e desenvolvimento. Deste modo, Uberlândia desenvolve um parque industrial relevante e passa a atrair por sua posição geográfica diversas transportadoras interessadas na produção do interior do Brasil e seu possível escoamento a outras regiões do país.

No final do século XX a cidade já adquire importância e relevância suficiente para disputar com Juiz de Fora o posto de maior cidade do interior mineiro, o que acaba ocorrendo pouco tempo depois pela enorme dinâmica econômica e migratória da região confirmada no censo demográfico de 2000. Neste período já se verifica um setor de serviços consolidado e forte, com um comércio local pujante e crescente, além de um parque industrial bastante relevante com várias transnacionais atuando nos limites do município.

Tal realidade segue-se até o período compreendido na pesquisa. Neste momento, busca-se verificar os efeitos da grande recessão brasileira sobre o setor de serviços e a dinâmica industrial da cidade. A Tabela 7 abaixo traz os totais para o período 2013-2018, já que os dados para 2019 ainda não estão presentes no site do IBGE, na subseção economia, cadastro de empresas. Os dados representam o conjunto de todas as atividades econômicas do município de Uberlândia (MG), contemplando o número de empresas ativas, o número de trabalhadores ativos com salário ou não, além do nível de salários pagos e a média salarial no município.

Tabela 7: Totais dos números do emprego em Uberlândia (2013-2018)

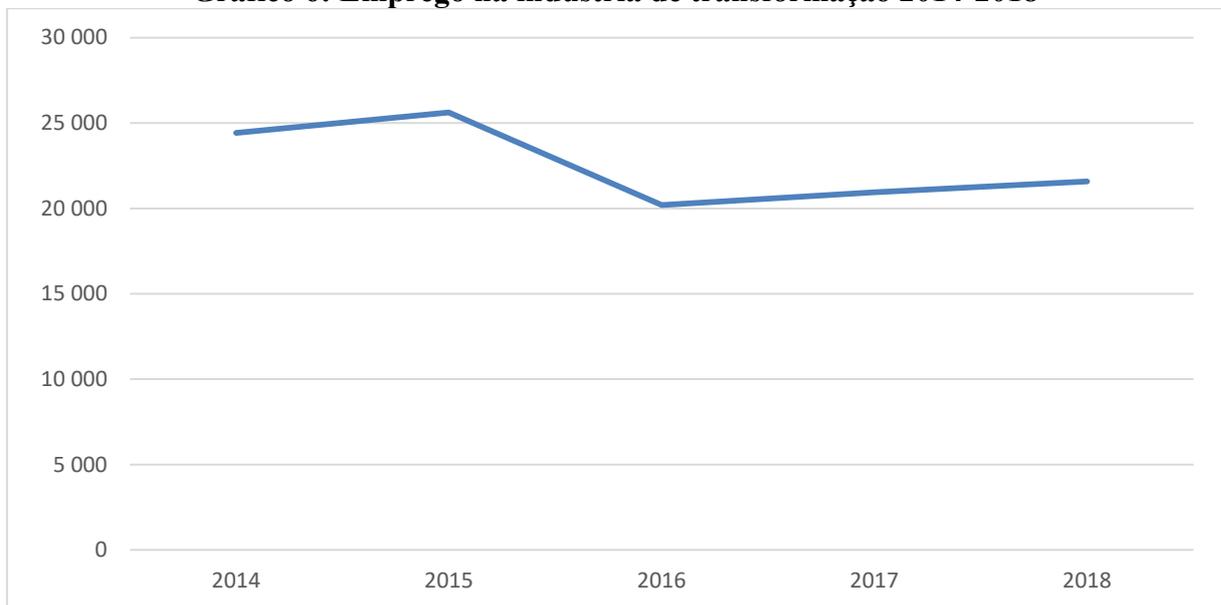
	Número de unidades locais	Pessoal ocupado		Salários e outras remunerações (1 000 R\$)	Salário médio mensal (salários mínimos) (1) (2) (3)
		Total	Assalariado		
2 013	28 653	245 478	209 788	4 975 018	2,7
2 014	28 317	247 538	213 247	5 632 817	2,8
2 015	28 252	246 411	211 943	6 025 847	2,7
2 016	28 002	237 667	204 534	6 367 269	2,7
2 017	27 766	241 010	207 508	6 764 431	2,7
2 018	27 896	239 710	207 060	6 982 886	2,7

Fonte: IBGE cidades, trabalho e rendimento.

É perceptível que embora exista impacto no número total de empresas ativas de 2014 para 2015, o impacto mais severo ocorre nos anos de 2016 e 2017, seguido de uma leve recuperação no ano de 2018. O que não configura efeito de igual magnitude sobre o número de empregos assalariados, uma vez que o mesmo foi mais impactado de 2015 para 2016, o que mostra uma tendência de preservação dos empregos na esperança de uma rápida retomada econômica que não ocorre, e por isso atinge mais fortemente o número de assalariados em 2016 e não em 2015. O número de postos de trabalho perdidos no município de Uberlândia de 2014 a 2016 totalizou 8.713.

O emprego no município de Uberlândia se divide em dezenove ramos distintos, sendo os mais expressivos em número de pessoal ocupado os da indústria de transformação, comércio, atividades administrativas e serviços complementares e os relacionados à saúde humana e serviços sociais. Os quatro setores juntos foram responsáveis pela ocupação de 140,504 pessoas de um total de 239,710 no ano de 2018. Os quatro setores serão destacados para se ter ideia da dimensão da crise e seu efeito maior ou menor em diferentes setores.

Gráfico 6: Emprego na indústria de transformação 2014-2018

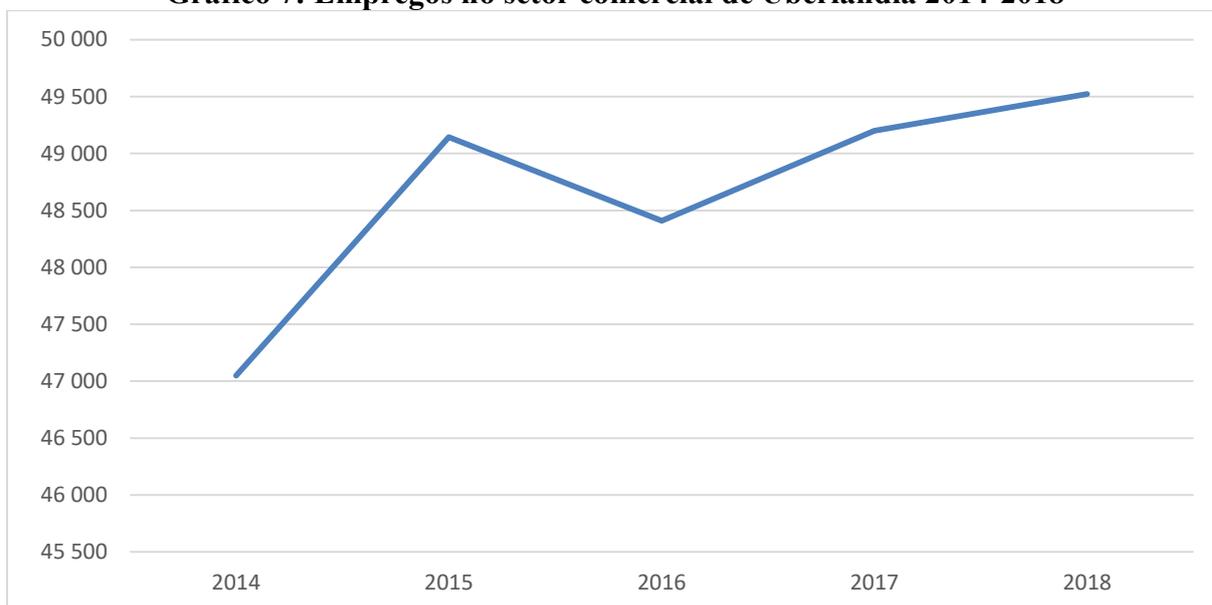


Fonte: IBGE cidades, trabalho e rendimento.

O que se percebe facilmente é que o nível de emprego no ano de 2018 ainda está distante do nível visto em 2015, mostrando que na indústria de transformação municipal a recuperação no emprego existe; porém não chega aos patamares observados antes da grande crise macroeconômica.

Não é para menos, indústrias exigem um investimento em capital demasiado alto, e financiamentos desse tipo envolvem muito planejamento e uma situação macroeconômica muito favorável. Como o País ainda hoje não apresenta taxas sólidas e constantes de crescimento fica complicado ao empresariado dispor de tamanho investimento, o que explica em grande parte a não retomada do nível de emprego. Cabe ressaltar que no município de Uberlândia houve não só a redução do quadro de funcionários durante a crise, mas também o encerramento de operações de algumas indústrias e transportadoras.

Gráfico 7: Empregos no setor comercial de Uberlândia 2014-2018

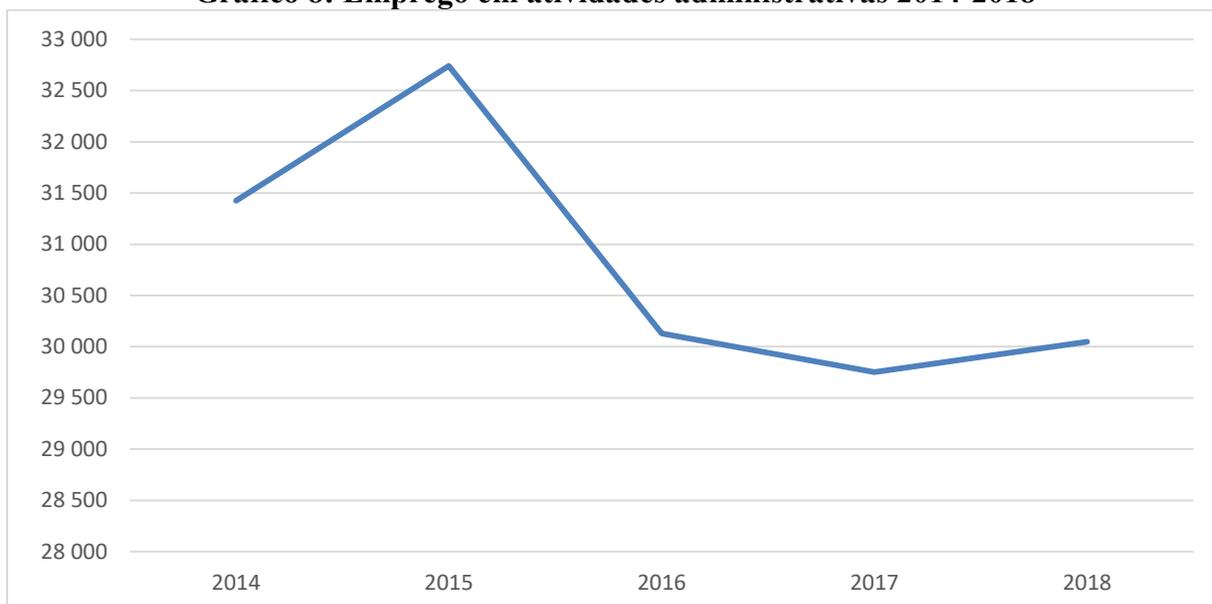


Fonte: IBGE cidades, trabalho e rendimento.

Em uma tendência contrária a do setor industrial o setor comercial de Uberlândia superou as boas margens obtidas em 2015 e se recuperou da grande queda observada em 2016.

É graças a retomada do setor comercial e dos efeitos em cadeia do crescimento deste setor para outros ramos da atividade econômica que Uberlândia conseguiu recuperar boa parte do déficit em postos de trabalho vistos acima na tabela de valores totais.

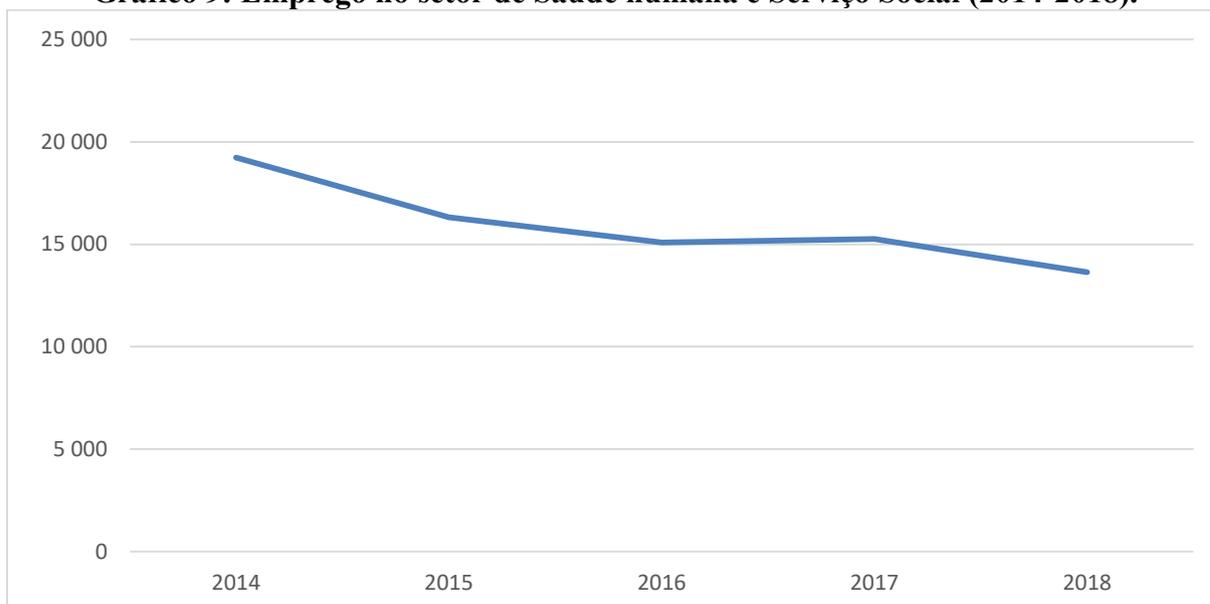
Gráfico 8: Emprego em atividades administrativas 2014-2018



Fonte: IBGE cidades, trabalho e rendimento.

É inegável que até a eclosão da crise em 2015 o cenário na cidade era extremamente positivo e quase a totalidade dos setores exigiam cada vez mais funcionários em seus quadros, e que a reversão não só foi muito abrupta como também muito severa, visto que o nível de emprego no setor em 2016 caiu mais de duas vezes ante a alta de 2014 para 2015, e este cenário se prorroga para 2017 e só vê a inflexão ocorrer no ano de 2018 ainda sim de uma maneira muito sutil, empatando a níveis de 2016. O balanço do emprego é bastante preocupante, visto que no período contemplado, de cinco anos, mais de dois mil postos de trabalho foram perdidos no setor de empregos administrativos.

Gráfico 9: Emprego no setor de Saúde humana e Serviço Social (2014-2018).



Fonte: IBGE cidades, trabalho e rendimento.

Por mais que seja um setor que agrega muita mão de obra é perceptível que a queda no número de colaboradores segue pretérita a grande crise, indicando uma tendência quase que natural de esvaziamento do setor, provavelmente se referindo ao serviço social, já que a saúde não pode ficar desguarnecida (Gráfico 9). Cabe ressaltar que o serviço social uberlandense sofreu um grande choque com o encerramento das operações do projeto LAR, projeto social que visava atender crianças em situação de vulnerabilidade social e prover a elas educação suplementar, lazer e alimentação balanceada. Esse fator pode ajudar a explicar a queda observada.

3.4 A receita Uberlandense

O município de Uberlândia conta com três grandes fontes de recursos orçamentários: as receitas correntes, de capital e as correntes intra-orçamentárias (aquelas provenientes de órgãos, autarquias, fundações, empresas dependentes e outras instituições integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social). Como explicado anteriormente, a descrição das contas públicas de municípios brasileiros parte de grandes grupos e se reparte em várias ramificações. A ramificação que se refere às receitas correntes possui como subdivisão primária as: 1. receitas de impostos, taxas e contribuições de melhoria; 2. contribuições; 3. receita patrimonial; 4. receita de serviços; 5. transferências correntes e 6. outras receitas

correntes. De seu lado, as receitas de Capital referem-se a: 1. operações de crédito; 2. alienação de bens; 3. transferências de capital e 4. outras receitas de capital. As receitas correntes intra-orçamentárias se dividem de modo primário em: contribuições intra-orçamentárias e outras receitas correntes – intra-orçamentárias.

Compreende as receitas de impostos: taxas e contribuições para melhorias, recursos provenientes de tarifação sobre rendas e proventos de qualquer natureza como exemplo: impostos retidos na fonte da folha salarial ou sobre outros recursos que podem vir de fontes como impostos sobre aplicações em bolsa. Existem ainda os impostos sobre patrimônio tangível e não tangível, impostos territoriais específicos, no caso de Uberlândia aparece, por exemplo, as taxas de tratamento de esgoto e coleta de lixo. No que tange a produção as receitas de impostos para esse subitem provem do transporte e circulação de mercadorias e sobre serviços de qualquer natureza. Cabe detalhar que uma parte menor da receita que compõe este subitem vem da transferência de bens moveis e imóveis entre indivíduos.

As contribuições têm seus recursos captados através de remessas do governo federal e em menor parte do estadual (partes do orçamento destes órgãos são destinados aos municípios brasileiros para que estes consigam manter certo grau de saúde financeira), para custeio e manutenção de previdência social, pensões, recolhimento de causas trabalhistas e para o custeio da iluminação pública no espaço do município. Essas funções, exceto o custeio de iluminação pública, em âmbito municipal se dão através do órgão denominado IPREMU (Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Uberlândia).

Os diversos patrimônios; de indivíduos, pessoas jurídicas e da própria administração pública auxiliam na composição deste subitem. Receitas provenientes da exploração do patrimônio imobiliário em forma de: alugueis e semelhantes, concessões, permissões e autorizações, valores mobiliários, juros e correções monetárias, remuneração de depósitos bancários e depósitos especiais, remuneração especial do regime previdenciário, dividendos, receitas de serviços, serviços administrativos e comerciais gerais, e outros serviços de menor montante, pagos por indivíduos que usufruem do patrimônio seja ele tangível ou não (caso das ações) formam os recursos vistos neste subitem.

Ponto muito importante e de grande volume no montante de recursos captados por qualquer município se refere as transferências vindas da união e governo estadual, isso porque em uma unidade federalista com o formato de pacto adotado pelo Brasil os recursos criados nos municípios são repassados à administração central para depois serem redistribuídos, isso

para não deixar ao relento municípios que não captam renda suficiente para se manter e manter sua população. Nesta conta é possível verificar recursos de transferências vindas da união e suas entidades, cota parte na receita da união, cota parte mensal de recursos provenientes do fundo de participação dos municípios, cota parte sobre o imposto territorial rural, compensações pela exploração mineral, fundo especial do petróleo, transferências do sistema único de saúde para o município, do fundo nacional de assistência social FNAS, do fundo nacional de desenvolvimento a educação FNDE, transferência do salário educação. Transferência do FNDE para alimentação escolar, apoio ao transporte escolar, transferências de estado e distrito federal, participação da receita dos estados, transferências de outras instituições públicas de menor montante em recursos para a receita do município, transferências provenientes da iniciativa privada, transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação FUNDEB, transferências financeiras do ICMS como desonerações, cota parte do ICMS, cota parte do IPVA e do IPI, cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico e outras transferências estaduais menos relevantes no montante total de recursos. Todas estas fontes de recursos formam o grande grupo de repasses da união e em menor parte do estado ao município de Uberlândia (MG), é de importância fundamental, pois caracteriza quase 30% dos recursos da cidade e como pode se observar pelas siglas tem destinos muito específicos que auxiliam enormemente em setores sensíveis à população como saúde e educação.

Outras receitas correntes se referem a resíduos diversos que quando somados totalizam montante relativamente importante para as receitas do município, algo próximo, em média, a cinco por cento da receita municipal. O que está contido neste subitem são muitas contratuais e administrativas, indenizações, restituições, bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público e receitas financeiras diversas.

Receitas de capital se referem a benefícios financeiros e de investimentos feitos pelo caixa do município, dentro desta importante fonte de receita estão as operações de crédito no mercado interno e externo, a alienação de bens moveis, imóveis e semoventes e as mais diversas transferências de recursos e títulos.

A última das fontes de receita se refere a as receitas correntes intraorçamentarias, elas se diferem das receitas correntes por se tratar de receitas provenientes de empresas estatais. De que forma? Estas receitas só são assim consideradas, pois são gastos feitos por estas

empresas em benefício do orçamento municipal, por isso podem à primeira vista parecer uma despesa, no entanto o desembolso se acrescenta diretamente ao orçamento do município, pois afinal passa a ser dinheiro entrante. Neste sentido a contabilidade é semelhante ao da receita corrente, porém leva consigo a descrição de intra-orçamentaria por apresentar essa característica. De modo mais detalhado são elas: receitas correntes, contribuições, contribuições sociais, contribuição para o regime previdenciário, contribuição patronal e outras receitas correntes, todas acrescidas de intra-orçamentarias por serem realizadas via entidades da própria administração pública.

3.5 A despesa do município

A descrição das contas nacionais para despesas é pouco mais sintética e se altera em alguns detalhes principalmente no que se refere a grupos de nomenclatura. Pois bem, sua divisão se dá em dois grandes grupos: 1. despesas correntes e 2. despesas de capital. Os principais subitens das despesas correntes são: 1. pessoal e encargos sociais, 2. juros e encargos da dívida e 3. outras despesas correntes. Ao passo que as despesas de capital se desmembram principalmente em investimentos e amortização de dívidas.

As despesas com pessoal e encargos sociais como o nome já diz, tratam de receitas operacionais e que de certo modo impactam diretamente no funcionamento da máquina pública municipal. Esses gastos envolvem, por exemplo: aplicações diretas, aposentadorias de reservas remuneradas e reformas de militares (RPPS), pensões dos mesmos que se enquadram nas RPPS's, contratos por tempo determinado, vencimentos e vantagens fixas de servidores públicos, obrigações patronais, fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), contribuições previdenciárias ao instituto nacional de seguridade social (INSS), outras obrigações e despesas variáveis de menor monta, sentenças judiciais e despesas de exercícios anteriores ligadas a pessoal e encargos sociais.

Os juros e encargos da dívida dividem-se em um grupo bem restrito: aplicações diretas, juros sobre a dívida por contrato e outros encargos bancários de menor monta.

As outras despesas correntes possuem um caráter mais discricionário, e são interessantes por conseguirem captar muito bem oscilações do destino de verbas em períodos de arrocho e bonança. Tanto é que são amplamente utilizadas e debatidas nas análises que se prosseguirão. O somatório dessas despesas possui gastos com transferências à união, estados e

distrito federal, contribuições diversas, transferências a instituições privadas sem fins lucrativos, “despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica "Despesas Correntes" não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa”⁶.

As despesas de capital implicam em elevar de algum modo o montante de recursos e ativos que consigam impulsionar e criar valor dentro dos limites do município, e com isso é quase que uma consequência as conversões em investimento serem as maiores na soma de recursos deste subgrupo. Mas não só investimentos a compõe; são itens também: transferências diversas entre entes da federação, aplicações financeiras, materiais de consumo, obras e instalações, equipamentos e material permanente, imóveis, amortizações, indenizações e o principal das dívidas pactuadas com União e bancos diversos.

3.6 Evolução dos totais da receita e despesa públicas em Uberlândia (MG).

Os valores correntes orçamentários no município demonstram aumentos expressivos em sua dimensão, números que numa análise fria refletem que Uberlândia pode não ter visto crise financeira por sua receita ter aumentado em montante relativamente expressivos no período analisado.

De igual forma as despesas que se referem única e exclusivamente às pagas pelo município por serem realmente as que foram empenhadas e realizadas de fato, acompanharam o crescimento relativamente acentuado a níveis nominais, o que não mostra desequilíbrio fiscal algum dentro do balancete do município. Reforçando ainda mais a ideia: em termos nominais que Uberlândia seguiu crescendo e se desenvolvendo na contramão da realidade macroeconômica do Brasil. A seguir, os valores nominais da receita pública do Município:

⁶ Classificações Orçamentárias da secretaria de tesouro nacional.

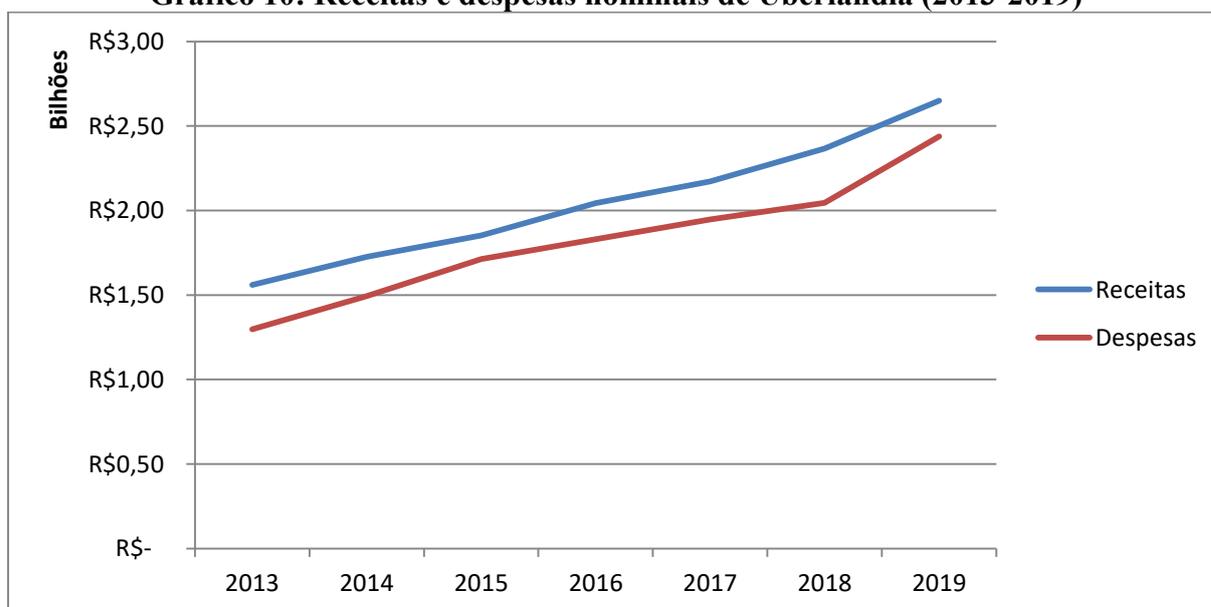
Tabela 8: Receitas e despesas nominais de Uberlândia (2013-2019)

	Receitas	Despesas
2013	R\$ 1.560.364.479,58	R\$ 1.298.089.831,90
2014	R\$ 1.725.802.816,47	R\$ 1.493.926.678,27
2015	R\$ 1.852.334.179,61	R\$ 1.713.570.650,76
2016	R\$ 2.043.002.897,25	R\$ 1.829.314.104,43
2017	R\$ 2.171.504.120,56	R\$ 1.947.373.578,65
2018	R\$ 2.366.466.231,86	R\$ 2.045.222.148,88
2019	R\$ 2.650.196.408,30	R\$ 2.438.973.907,65

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Graficamente se observa uma curva ascendente bastante acentuada o que reforça a tese de que ao menos a termos nominais houve aumento nas receitas da cidade.

Gráfico 10: Receitas e despesas nominais de Uberlândia (2013-2019)



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Fato é que ao aplicar deflatores a todos os anos pautados nesta pesquisa, observa-se que a realidade não é nada próxima a vista anteriormente nos últimos Tabela e Gráfico, com os valores nominais para as finanças do Município (Tabela 9 e Gráfico 11, a seguir). A realidade do orçamento é diametralmente oposta, e por mais que Uberlândia não tenha demonstrado em nenhum dos anos relação negativa entre receita e despesa, deve-se ter em mente que o crescimento populacional seguiu uma constante, e quase 50 mil novos moradores passaram a depender de todos os serviços públicos que o governo oferece direta ou indiretamente, e neste ponto os problemas passam a apresentar uma severidade maior; pois o gráfico mostra que enquanto o contingente populacional esteve crescente, o orçamento real manteve-se durante quase todo o período, exceto 2018 e 2019, praticamente estagnado, a valores constantes de 2013.

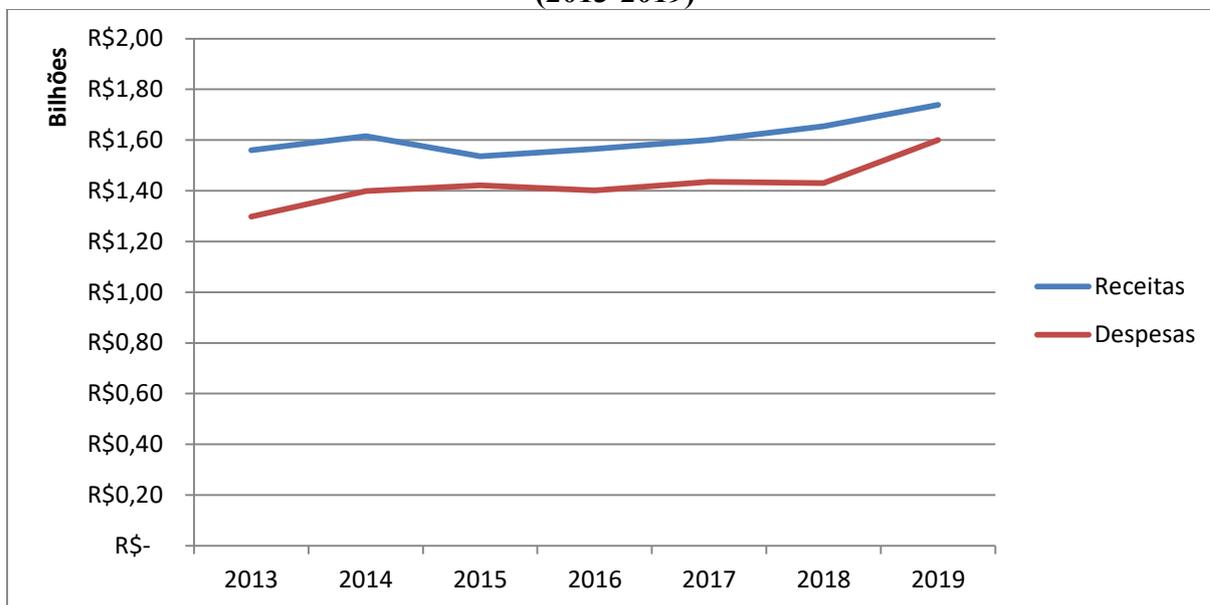
Tabela 9: Receitas e Despesas do município de Uberlândia (MG). A preços de 2013 (2013-2019)

	Receitas	Despesas
2013	R\$ 1.560.364.479,58	R\$ 1.298.089.831,90
2014	R\$ 1.615.178.855,93	R\$ 1.398.165.978,19
2015	R\$ 1.535.955.501,73	R\$ 1.420.892.783,61
2016	R\$ 1.565.553.120,16	R\$ 1.401.803.398,22
2017	R\$ 1.599.964.236,03	R\$ 1.434.824.852,75
2018	R\$ 1.654.869.835,94	R\$ 1.430.223.848,71
2019	R\$ 1.739.058.883,13	R\$ 1.600.454.678,20

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

O gráfico exposto na sequencia tem essencialmente os mesmos dados da tabela anterior dispostos de forma gráfica para que se torne mais intuitivo ao leitor captar a movimentação destas cifras no decorrer dos anos.

Gráfico 11: Receita e despesas de Uberlândia deflacionados com base em 2013. (2013-2019)



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

3.7 Evolução em contas selecionadas de despesa

Como exposto anteriormente as contas de receita e despesas são minuciosamente expostas nos balancetes municipais disponibilizados pelo Tesouro Nacional. Todas as variáveis, contas e subcontas são amplamente expostas e ali é possível verificar quais possuem efeitos imediatos na vida de grande parte da população de uma cidade. Como o objetivo da pesquisa é expor a contabilidade do município e de certo modo explicar as mudanças normalmente negativas observadas no município seja em serviços ou obras públicas e até a nível privado no que se refere a emprego e renda, alguns itens foram selecionados pois se julga que estes itens conseguem dimensionar mais precisamente o que ocorreu neste período e porque as coisas ficaram tão complicadas no município em meio à crise nacional que se aprofunda em 2015 e 2016.

As contas selecionadas se referem às despesas que o município teve com pessoal e encargos sociais, contratação por tempo determinado, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, material de consumo, premiações culturais, artísticas, científicas e desportivas, contratações por terceirização, auxílios financeiros a pessoas físicas e investimentos.

As despesas com pessoal e encargos sociais contemplam gastos com pessoal ativo, inativo, pensionistas, mandatos eletivos, funções, cargos, indicações, militares, civis, membros do poder. E contempla além dos vencimentos mensais, vantagens fixas e variáveis, subsídios, contribuições à aposentadoria, adicionais, horas extras e contribuições diversas.

O avanço destes gastos é um importante indicador para o funcionamento da máquina pública, indica um bom funcionamento dos serviços, benefícios à produtividade e mostra também o quanto a máquina pública cresceu, o que pode indicar maior eficiência das organizações públicas.

Ademais, a análise será realizada de modo mais específico, contendo somente a trajetória dos gastos em termos reais, ou seja, devidamente deflacionado ao período base selecionado.

A análise gráfica do período que interessa a pesquisa 2015 a 2019 deixa muito claro que os anos de maior profundidade da crise financeira em que os repasses foram mais impactos o município adota uma posição de grande responsabilidade fiscal, uma vez que segura os gastos a ponto de permanecer praticamente constante por dois anos. O que se observa de 2017 em diante é uma melhora na condição macroeconômica nacional e é o primeiro ano de mandato de uma nova gestão e uma nova plataforma de gestão municipal. Mas o que os números e o gráfico mostram não é um aumento severo, e sim uma possível recomposição de quadro, uma vez que no arrocho fiscal por mais de dois anos o impacto foi sentido e era mais que necessária uma recomposição do quadro de colaboradores. O otimismo e as sucessivas elevações do produto brasileiro fizeram que um aumento orgânico dos gastos continuasse até o ano de 2019.

As contratações por tempo determinado são de caráter importante no município de Uberlândia por serem realizadas em processos seletivos que envolvem diretamente o serviço de saúde e educação do município, os tipos de contratação para o centro de controle de zoonoses e para o serviço de educação infantil uberlandense são intensivos em contratações temporárias, o que pode ser facilmente verificado no portal de processos seletivos e contratações da própria prefeitura. Aumentar ou diminuir recursos desta pasta causa impacto severo e direto nos serviços básicos de saúde, pois criam debilidades nos controles à dengue que é, há tempos, um problema endêmico da cidade em épocas específicas e na qualidade da estada das crianças em creches e na qualidade da educação nos primeiros anos do ensino fundamental em que essas vagas são mais demandadas.

O quanto esse orçamento foi impactado nos períodos de dificuldade financeira do País e consequentemente de repasses mais contidos pode ser visto abaixo. Cabe ressaltar que inicialmente os dados brutos de modo real serão expostos para se ter claro o montante em cifras para depois o gráfico dimensionar o quão severo foi tal impacto.

Tabela 10: Pessoal e Encargos Sociais (Despesas Pagas)

2013	R\$	564.071.119,27
2014	R\$	610.983.540,87
2015	R\$	607.924.373,78
2016	R\$	599.012.076,79
2017	R\$	656.208.698,75
2018	R\$	662.783.926,46
2019	R\$	684.810.236,43

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

A dinâmica seguirá quase sempre o balanço feito pelo produto interno bruto nacional com uma forte tendência a queda em qualquer que seja a fonte de gastos para os anos de 2015 e 2016. Porém é perceptível que o aumento das cifras para os anos de 2018 e 2019 é muito mais expressivo que o ocorrente nas contas de pessoal e encargos. Tal fator é uma característica da administração municipal posterior a 2016, não cabe a este estudo julgar se é melhor ou pior tal atitude, mas fato é que se optou por buscar muito mais cargos temporários e terceirizados que realizar concursos públicos de contratação definitiva, certamente porque os custos envolvidos são muito menores.

Tabela 11: Contratação por tempo determinado

2013	R\$	23.601.968,17
2014	R\$	29.791.746,56
2015	R\$	29.880.576,21
2016	R\$	28.114.852,45
2017	R\$	28.619.668,70
2018	R\$	34.704.199,83
2019	R\$	38.121.767,55

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Os juros e despesas da dívida como o próprio nome sugere surge de operações bancárias para obtenção de crédito; seja ele interno ou externo; bem como serviços de dívida mobiliária. São de fundamental importância para a saúde financeira do município pois está intimamente relacionado aos investimentos de capital, uma vez que, por serem de longo prazo e longa maturação demandam alto volume de recursos que só podem ser providos via crédito bancário e, portanto, criam serviços de juros e despesas referentes ao principal contratado.

Em observância à inflação brasileira, e tomando como base para análise o ano de 2013, os valores deflacionados para as despesas referentes a juros e encargos da dívida estão demonstrados abaixo.

Tabela 12: Juros e encargos da dívida

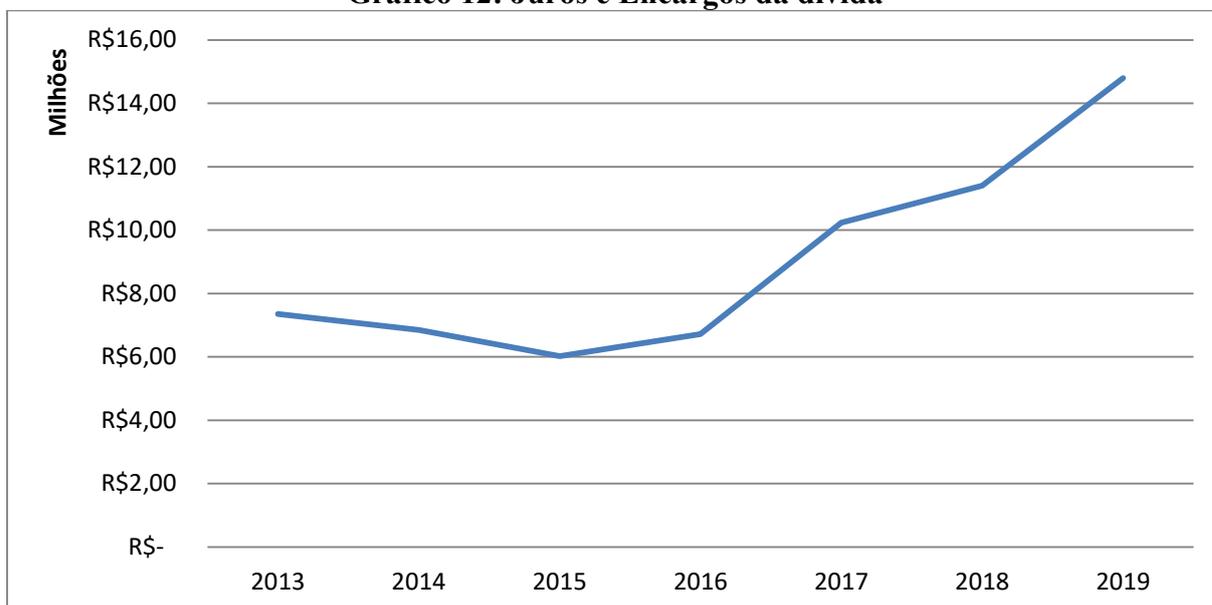
2013	R\$	7.348.001,79
2014	R\$	6.851.753,94
2015	R\$	6.021.401,78
2016	R\$	6.719.873,65
2017	R\$	10.236.489,67
2018	R\$	11.404.324,68
2019	R\$	14.799.823,40

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Não é possível concluir muito sobre as causas da alta tão expressiva de 2016 para 2017, no entanto é possível especular através da vertente do investimento público. O mega projeto de infraestrutura urbana da gestão municipal 2017-2020 denominado Uberlândia Integrada 2 que tem permitido ao Município a construção de diversas pontes, novos cruzamentos, renovação da sinalização urbana, revitalização de vias públicas entre outras coisas mais dentro do bojo da mobilidade urbana.

Na verdade, constitui uma hipótese a ser confirmada muito embora explique o aumento vertiginoso do montante de dívidas a juros do município neste período. Para se ter melhor visualização de tamanha elevação vejamos, a seguir, o Gráfico 12:

Gráfico 12: Juros e Encargos da dívida



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

A elevação é tão expressiva que de 2014 a 2019 o aumento alcança 116%, mais que dobrando o montante de recursos destinado a tal uso, o que não configura e nem está próximo ao que se verifica junto ao crescimento das receitas como um todo para o mesmo período.

As outras despesas correntes são de suma importância, pois dentro delas se encontram vários outros destinos de recursos que impactam diretamente a vida dos cidadãos, principalmente os mais vulneráveis que precisam mais dos serviços básicos municipais. Porém, antes de proceder a análise de alguns dos itens selecionados dentro das outras despesas correntes, vale explicar tais despesas de modo mais detalhado. De acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo no documento despesa orçamentária: conceito, codificação e classificação⁷; as outras despesas correntes se caracterizam por serem “despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de serviços prestados por pessoa física sem vínculo empregatício ou pessoa jurídica independente da forma contratual, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, vale-alimentação, vale-transporte, além de outras da categoria econômica ‘Despesas Correntes’ não classificáveis nos demais grupos de

⁷ Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Coordenação da Administração Financeira, Contadoria Geral do Estado: Documento: Despesa Orçamentária: conceitos, codificação e classificação.

natureza de despesa.” Levando-se em conta tratar-se de conta contábil importante e de montante considerável, na sequência será mostrada sua evolução.

Tabela 13: Outras despesas correntes

2013	R\$	654.752.273,63
2014	R\$	686.598.217,47
2015	R\$	665.478.560,85
2016	R\$	593.951.434,96
2017	R\$	637.299.300,07
2018	R\$	649.578.806,59
2019	R\$	762.343.864,84

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Por se tratarem de despesas não obrigatórias em sua grande maioria fica muito nítida a queda acentuada e já indicada no ano de 2015 e de fato realizada em 2016. O arrocho severo foi certamente uma das causas fundamentais para a insatisfação popular e na verificação por grande parte da população da ausência de vários produtos de distribuição pública e serviços diversos que se não perderam em qualidade; porém certamente em intensidade. Observando os anos seguintes em que já era vista recuperação lenta e gradual do País observa-se que essa grande conta sobe a passos lentos, o que confere a ela um padrão de crescimento bastante condizente com o dos recursos municipais totais no mesmo período.

É interessante observar também que exceto no ano de 2019, o município manteve praticamente igual o nível de despesas neste setor, por mais que a população tenha seguido uma trajetória de crescimento constante esses gastos que são de suma importância principalmente à população mais vulnerável permaneceram constantes no tempo. O que mostra claramente o porquê houve sentida piora no que se refere a oferta de bens e serviços públicos no período compreendido.

As despesas com materiais de consumo (Tabela 14) são de suma importância para o funcionamento da máquina pública, já que é neste subitem que estão agregados, dentre outros; os gastos com combustíveis diversos, lubrificantes, gás, material biológico, farmacológico e

laboratorial, gêneros alimentícios, materiais para reparo em imóveis, material de proteção, socorro e sobrevivência, materiais de escritório, cama , mesa , copa e cozinha, produtos de higienização e limpeza, material gráfico, aquisição de materiais de informática, esportivos diversos, material para manutenções e instalações diversas, material odontológico, hospital e ambulatorial, material para uniformes e fardamento em geral, acondicionamento e embalagem, bandeiras e flamulas além de outros materiais de uso não duradouro.

Tabela 14: Material de consumo.

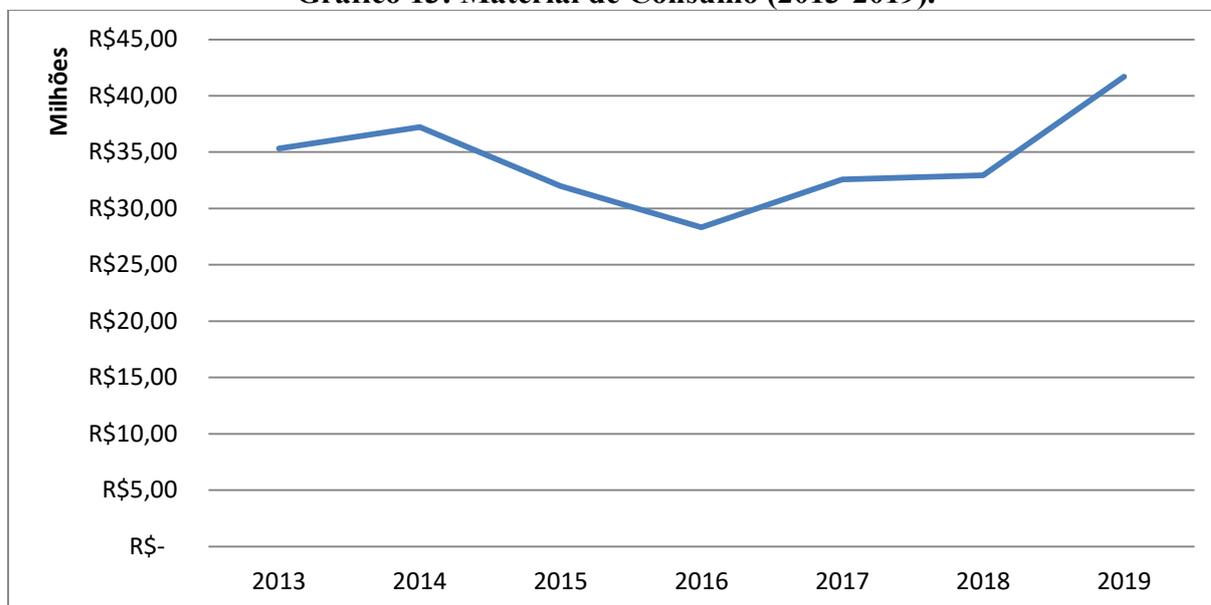
2013	R\$	35.337.744,80
2014	R\$	37.217.952,55
2015	R\$	31.987.795,39
2016	R\$	28.313.727,68
2017	R\$	32.567.897,21
2018	R\$	32.948.436,96
2019	R\$	41.696.899,80

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Tais materiais constituem suma importância para a vida pública municipal, principalmente por seus usos em setores sensíveis como o da saúde, uma vez que estes recursos que compram boa parte dos materiais hospitalares pela maioria deles ser de uso contínuo e renovação constante, atestam mais uma vez que a crise econômica nacional e a consequente queda nos repasses ao município como estes deveriam se seguir caso o país tivesse continuado na trajetória do crescimento, escancaram através destes números a debilidade do sistema de saúde nos anos de 2015 e 2016, mostrando leve recuperação de 2017 em diante. Observa-se, pois, os níveis de 2013 só foram recuperados em 2019, ou seja, a cidade crescia de modo constante sua população, porém os recursos para a saúde além de caírem no início do período só foram recuperar as cifras de 2013 sete anos após o ocorrido, por isso a percepção correta por parte do povo uberlandense e consequentemente da mídia das debilidades no sistema de saúde que outrora era modelo a ser seguido.

O modelo gráfico transmite com maior clareza a dimensão da estagnação dos destinos de tais recursos à população mais vulnerável do município.

Gráfico 13: Material de Consumo (2013-2019).



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Outra cifra que caminha muito próximo a supracitada Outras Despesas Correntes se refere a Material, bem ou serviço para distribuição gratuita. Isso porque é nesta subconta que estão as destinações de recursos para aquisição de livros didáticos, medicamentos, gêneros alimentícios e bens ou serviços que possam ser distribuídos gratuitamente à população.

A importância deste orçamento centra-se principalmente na área da saúde pública municipal, uma vez que é direito da população buscar remédios, quando necessário, gratuitamente nas farmácias internas das unidades de atendimento integrado, e com tal recursos os remédios realmente chegam até aquele lugar, tornando os mais vulneráveis de certo modo protegidos e com acesso garantido ao tratamento de saúde em sua forma mais ampla, que ocorre além do laboratório e conclui com as medicações feitas de modo correto dentro de casa.

É inegável também, como visto acima, a relevância de tal cifra para a educação no município, uma vez que os livros didáticos têm seu destino graças às fontes de recursos deste fundo em específico, e conseqüentemente a qualidade deste material e a possibilidade de recomposição do número do mesmo pode vir de modo mais preciso se os recursos estiverem

dispostos da maneira mais correta e, preferencialmente, crescente para que este acesso seja constantemente ampliado.

Tabela 15: Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.

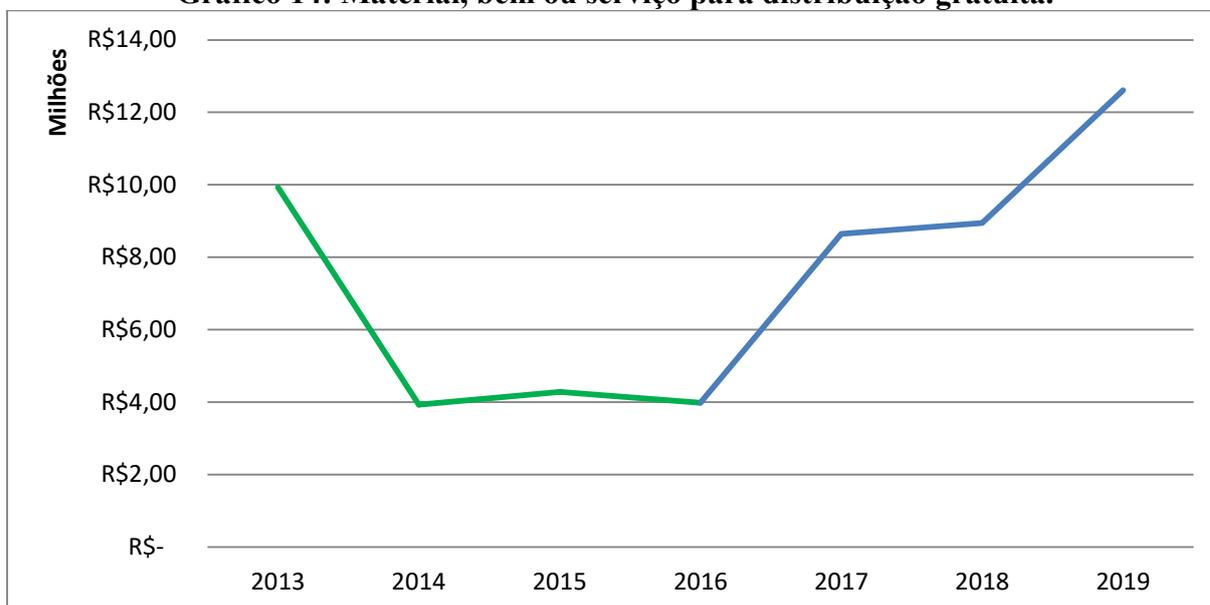
2013	R\$	9.933.504,38
2014	R\$	3.933.336,41
2015	R\$	4.277.990,41
2016	R\$	3.979.720,54
2017	R\$	8.649.710,60
2018	R\$	8.945.835,45
2019	R\$	12.610.643,98

Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Os dados são bastante significativos no período analisado e evidenciam fortemente que a destinação de recursos a esta pasta se comporta como uma plataforma de governo, isso porque 2013 é exercício fiscal votado e aprovado pela administração anterior e no decorrer do governo que se encerra a fim de 2016 os valores permanecem baixos e muito aquém do que se via em 2013 e se vê nos anos posteriores a 2016. Como o objetivo da pesquisa é verificar e evidenciar os efeitos sentidos pela população no período da grande recessão, essa tabela por algum motivo vem chocar-se a esta ideia por mostrar que, certamente era um plano de governo destinar um montante de recursos menor a esta pasta. Não cabe dizer se esta é a verdade ou se é correto ou não, mas é inegável que uma quantidade menor de recursos a esta pasta em específico causa danos severos aos mais vulneráveis principalmente no que se refere ao acesso pleno à saúde, pois na descrição dessa conta é observado que os remédios distribuídos na farmácia municipal interna às unidades de atendimento integrado são um entre vários possíveis afetados por repasses menores.

A ideia da plataforma de governo fica evidenciada na tabela abaixo onde está especialmente destacado os períodos de um e outro governo municipal, especificamente nas cores verde e azul.

Gráfico 14: Material, bem ou serviço para distribuição gratuita.



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Adicionalmente, o estudo das despesas de capital adquire fundamental importância para a realidade econômica de todos os municípios do país; seja pelo enorme multiplicador econômico derivado destas atividades, seja pela melhoria na qualidade de vida da população, derivada dos impactos advindos dos investimentos realizados.

A principal destas despesas de capital se refere às despesas com investimentos que são caracterizados pelo Tesouro Nacional como: “despesas orçamentárias com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização, das mesmas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente⁸.” (Manual SADIPEM)

Por ser de fundamental importância principalmente em cidades de grande porte que necessitam de soluções urbanas cada vez maiores e complexas o montante destinado a investimentos possui valores consideráveis no município mineiro.

⁸ Manual SADIPEM – Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios.

Tabela 16: Investimentos.

2013	R\$	43.360.635,79
2014	R\$	36.443.188,06
2015	R\$	51.910.642,93
2016	R\$	132.089.701,65
2017	R\$	77.998.290,70
2018	R\$	64.121.260,37
2019	R\$	138.500.753,54

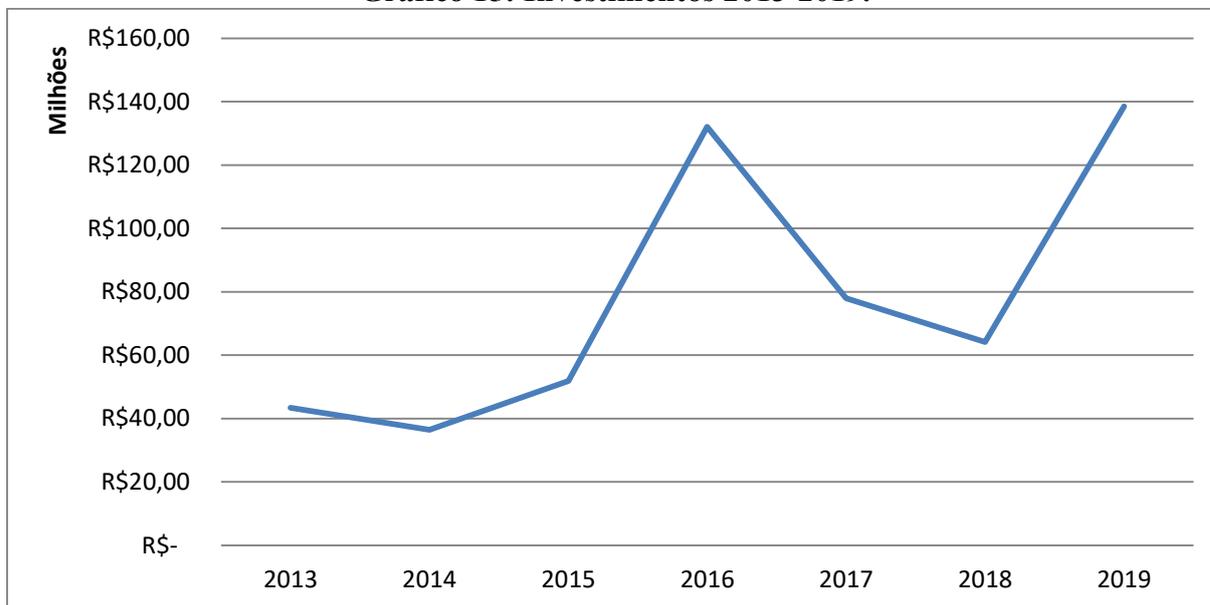
Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Contrariando o ciclo econômico brasileiro o nível de investimentos no município de Uberlândia subiu consideravelmente em valores nos anos de 2015 e 2016, os mais severos da crise econômica nacional. Analisando as receitas de capital e o subitem que se refere as receitas com operações de crédito é possível explicar em partes o motivo dos recursos contrariarem a crise, isso porque tais receitas são empenhadas normalmente em períodos anteriores que demandam certo tempo até serem liberadas pelas autoridades competentes, indicando que podem ter sido solicitadas anteriormente e liberadas quando a crise já havia eclodido. As obras feitas a época realmente exigiam grandes dotações orçamentarias, visto que uma nova avenida estava sendo feita, um novo terminal de passageiros, uma nova linha de integração do transporte coletivo urbano entre várias outras de menor porte. A mesma elevação aparece no ano de 2019 e certamente irá se seguir para o ano contábil de 2020 uma vez que o projeto de infraestrutura urbana, Uberlândia Integrada 2 segue com grandes obras e grandes projetos em execução.

Fato que tais indicadores criam multiplicadores altíssimos por empenharem enormes quantias e quantidades de vários setores industriais e principalmente serem muito intensivos em mão de obra, o que certamente contribui para a criação de novos postos de trabalho e superação dos níveis pré-crise.

O gráfico 15 ilustra os gastos com investimentos.

Gráfico 15: Investimentos 2013-2019.



Fonte: Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI

Este é o capítulo mais importante de todo o trabalho, é aqui que a hipótese pode ser devidamente respondida, uma vez que se faz a análise a nível macro das finanças municipais, expondo a totalidade das receitas e despesas, primeiro de modo corrente e depois de maneira real, deflacionada com a tabela gerada no capítulo que trata da situação macroeconômica brasileira, com apoio do gráfico exemplificativo da evolução inflacionária do país. Naquele ponto já fica nítida a existência de piora nos indicadores de receita e conseqüentemente, para não incorrer em déficit, arrocho nas despesas. Porém era um objetivo secundário averiguar o motivo da debilidade em serviços públicos e infraestrutura urbana da cidade, e para isso algumas contas específicas tiveram de ser utilizadas, e para ser mais sintético os valores reais foram logo demonstrados, a observação empírica dos dados tabulados permitiu concluir que a piora nas grandes contas se refletiam nos subitens, de modo que a debilidade na saúde pública, no número de profissionais e nos matérias de distribuição gratuita foi seriamente sentido, a níveis ainda não recuperados, em sua totalidade, até o ano de 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente a ideia por trás da pesquisa era responder uma indagação de um dos moradores de Uberlândia (MG), uma enorme curiosidade de entender o porquê de um ano pro outro os noticiários mudaram e apontavam debilidades nos serviços até então saudáveis na cidade como um todo, porque a infraestrutura urbana ficou tão carente em tão pouco tempo e porque as manutenções ficaram tão lentas e pouco efetivas.

As pistas para começar a desvendar a realidade observada empiricamente começaram com o acesso às finanças públicas municipais no site da Secretaria do Tesouro Nacional em que consta o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI. Todas as partes que descreviam receitas e despesas foram baixadas, dos anos de 2013 até 2019 e um banco de dados em Excel foi formado, sendo possível trabalhar com o deflacionamento das diferentes bases e a modelagem livre de gráficos e tabelas. A partir daí, com os dados selecionados algumas conclusões e hipóteses começaram a surgir e à medida que foram se tornando mais concretas passaram a compor o trabalho.

A base teórica teve de ser construída mesclando diversas fontes, uma vez que o volume de dados obtidos através das planilhas baixadas era demasiado extenso, dificultando que um único manual ou livro fosse suficiente para entender todo o mecanismo ali exposto, pois nessa linha de estudos as nomenclaturas e significados são bem específicos e demandam manuais e explicações dos órgãos governamentais para melhor entendimento e análise.

Como acima exposto algumas conclusões e hipóteses puderam ser respondidas no decorrer do trabalho e ao final de todo o exposto a hipótese de que o nível de recursos levantados pelo município havia se reduzido se confirmou.

É possível dizer que dada a situação macroeconômica do país de 2015 em diante e sendo possível verificar em detalhes as contas públicas do município, a realidade no mercado de trabalho, o número total de empresas que não começaram novos anos, outras que acabaram surgindo dentro da dinâmica econômica da cidade, os níveis de emprego em setores diversos, os níveis de recursos destinados a setores muito sensíveis a vida de pessoas mais vulneráveis, o impacto no produto do município, as incessantes tentativas anticíclicas do governo municipal em tentar reverter ou ao menos arrefecer este quadro longo e extremamente complicado com investimentos anticíclicos nos piores momentos da crise nacional, quando os

repases eram cada vez mais baixos, mostram que a cidade não teve nas duas gestões municipais de plataformas de governo diferentes, no recorte da pesquisa, gestores ruins ou menos capazes.

Tendo em vista todas as tabelas selecionadas e desconsiderando a atipicidade do investimento no município por razões já exploradas, é fácil identificar os gargalos e dificuldades enfrentadas durante os dois governos que compreendem o foco da pesquisa. E, sem dúvidas, problemática a situação dos contratos temporários em uma cidade que há muito opta, preferencialmente, por um quadro de funcionários temporário em setores específicos como o da educação básica e saúde pública, em especial zoonose, e esse estilo de governo precede em muitos anos o período desta pesquisa, logicamente isso não implica em dizer que é assim em todos os anos, ou que não ocorre outras formas de contratação, o que está expresso é que a modalidade de contratação temporária é forte e impacta diretamente a ponta da cadeia do serviço público, melhor dizendo àqueles setores que servem à sociedade diretamente. E os resultados mostrados são claros, os gastos se reduziram e só retomaram a padrões de 2013/2014 em 2018, havendo aí um hiato de quatro anos para retomar valores anteriores em um contingente populacional em crescimento. O impacto é claro, não há como manter o mesmo padrão de qualidade, não se trata de uma indústria com máquinas mais modernas e que poupam trabalho, e sim de um setor que o trabalho depende de mãos humanas para tratar de outros seres humanos.

Cabe também chamar atenção para os materiais de consumo e aqueles de distribuição gratuita, pois são diretamente vinculados ao bem estar populacional por atenderem diretamente à saúde pública e a educação, e em proporção aos cortes anteriormente vistos foram os que reterem as maiores perdas. E o mais complexo é que o retorno deste recurso foi lento, tendo sua recuperação a níveis pretéritos a crise, ocorrido somente depois de 2018. A problemática populacional e os dilemas no mercado de trabalho com amostragem do nível de renda per capita perdido pela população escancara a necessidade dessas contas terem sido contrabalanceadas com seus valores em muito aumentados, visto que o esperado seria uma demanda maior da população, agora com uma renda menor, recorrer a mais hospitais públicos e mais escolas públicas, o que não ocorre, fortalecendo ainda mais a ideia e o cenário de debilidade instaurado pós 2015.

Claro que em momentos assim, as notícias buscam a realidade, sem as vezes tentar entender a totalidade, o orçamento por trás de tudo aquilo, o que acaba criando na população

uma sensação maior de descaso por parte do poder público, que como vimos não configura a realidade dado o limite orçamentário disponível. No entanto, governar exige escolhas e dentro das contas discricionárias como aquelas de materiais de consumo, de distribuição gratuita e outras de menor monta, talvez fosse possível movimentar melhor o volume de recursos de modo a, ao menos, amortecer o impacto que se verificou a nível populacional. Claro que a realidade de quem está em um gabinete sofrendo pressões de diversos setores muda completamente qualquer quadro decisório, e não é possível em uma pesquisa fria de dados captados em uma plataforma governamental sentir a realidade e as problemáticas diárias, neste sentido não é justo e muito menos razoável emitir qualquer opinião sobre a condução política e conseqüentemente das despesas discricionárias.

O que se pode dizer e concluir, portanto, é que os efeitos nada mais são que reflexos de repasses cada vez mais debilitados, níveis de arrecadação de competência municipal menor devido a queda no nível de consumo, do nível de renda e emprego que decresceram em número, da densidade populacional no período que se mantem em franca ascendência, dentre vários outros fatores que em momentos de crise se juntam em uma espiral de dificuldades aos governantes. E assim fica nítida a fonte do desequilíbrio e de todas as indagações que motivaram esta pesquisa. E a hipótese de que o volume de recursos estava seriamente comprometido se confirmou em varias etapas e contas vistas, não convergindo, unicamente, na conta de investimentos, devido sua dinâmica mais espaçada no tempo com um período maior para aprovação e entrada de recursos em caixa. O restante das contas deixa claro o hiato de praticamente quatro anos nas contas públicas (2015-2018), que na verdade implica em uma deterioração severa se a análise for a nível per capita. Confirma-se, assim, que houve deterioração das finanças públicas municipais no que se refere ao volume de recursos para arcar com as despesas correntes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANGS, Robert Babbit. **Como financiar o desenvolvimento econômico. Uma Política Fiscal para o Terceiro Mundo.** Rio de Janeiro, Editora ZAHAR.1971.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. **O capital e suas metamorfoses.** São Paulo, Editora Unesp, 2013.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- BREMAEKER, François E.J. O desempenho econômico e a urbanização dos países latino-americanos. **Revista de Administração Municipal.** Rio de Janeiro, v.37, n.197, p 76-91, out/dez, 1990.
- BREMAEKER, François E.J. **Os municípios brasileiros frente à reforma tributária.** Rio de Janeiro, IBAM/CPU/IBAMCO, 1995. 21p. (Estudos Especiais, 8).
- BRITO, Jorge Luiz. **Conversão dos usos da terra (2000-2005 e 2005-2010) nas áreas incorporadas pela cana-de-açúcar na microrregião de Uberlândia-MG em 2010.** Disponível em: <http://marte2.sid.inpe.br/col/dpi.inpe.br/marte2/2013/05.28.23.09.10/doc/p0229.pdf>, Acesso em 08, dezembro, 2019.
- DINIZ, Clélio Campolina. **Corrida científica e tecnológica e reestruturação produtiva: impactos geoeconômicos e geopolíticos.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 21, n. 2, p. 241-257, maio/agosto, 2019.
- DUNFORD, Michael, **Desenvolvimento territorial, bem-estar e crescimento: razões em favor das políticas regionais.** Brasília, Editora da UnB, 2007. GIAMBIAGI, Fabio e ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil.** Rio de Janeiro, Editora Atlas, 2015. 5ª edição.
- GIGLIO, Celso. **O município moderno.** Brasília, Linha Gráfica Editora, 1998.
- GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **Formação e desenvolvimento econômico do Triângulo Mineiro: Integração Nacional e Consolidação Regional.** Uberlândia: EDUFU, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo Nunes. **A transformação econômica do Sertão da Farinha Podre: O Triângulo Mineiro na divisão inter-regional do trabalho. História e Perspectivas**, Uberlândia, p. 07-35, 1991. ISSN: 0103-409X.

IBGE. **Finanças públicas de Uberlândia.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/financas-publicas.html> , Acesso em 08, dezembro, 2019.

IBGE CIDADES. **Uberlândia (MG).** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/capitao/panorama>, Acesso em 08, dezembro, 2019.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=42&dados=10> Acesso em 10, dezembro, 2019.

IBGE. **Contas Nacionais Histórico.** Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa Acesso em 28, julho, 2020.

IBGE. **PIB dos Municípios.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados> . Acesso em 28, julho, 2020.

IPEA DATA. **Social, Temas, Educação, Anos de Estudo.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> . Acesso em 10, dezembro, 2019.

IPEA DATA. **Nível Geográfico, Municípios, Temas, Demografia, Renda, Desenvolvimento Humano.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 10, dezembro, 2019.

IPEA DATA. **Nível Geográfico, Municípios, Temas, Mercado de Trabalho.** Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em 10, dezembro, 2019.

KEYNES, John Maynard. **The General Theory of Employment, Interest and Money**, London: Macmillan 5ed. (1936). (reprinted 2007).

LONGHI, Rogata Soares Del Gladio. **Unidade e fragmentação: O Movimento Separatista do Triângulo Mineiro**. Uberlândia: trabalho de conclusão de curso. 1997.

MANUAL SADIPEM. **Classificações Orçamentárias**. Disponível em: https://conteudo.tesouro.gov.br/manuais/index.php?option=com_content&view=categories&id=104&Itemid=376 . Acesso em 28, novembro, 2020.

MARTINS, H.; BERTOLUCCI, L.; OLIVEIRA, P. **Urbanização, migração e emprego: Uma análise de Municípios no Triângulo Mineiro e Sul de Minas**. *Revista Pesquisa & Debate*, v. 18, n. 2 (32), p. 283-305, 2007.

MAZZUCATO, Mariana **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. 1ª. ed.. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Descrição de Despesas**. Disponível em: http://www.fazenda.sp.gov.br/SigeoLei131/Paginas/ArquivosLC/LC_131_Despesas.pdf#:~:text=3%20-%20Outras%20Despesas%20Correntes%3A%20despesas%20or%C3%A7ament%C3%A1rias%20com,classific%C3%A1veis%20nos%20demais%20grupos%20de%20natureza%20de%20despesas . Acesso em 27, julho, 2020.

MUSEUS FERROVIÁRIOS. **Companhia Mogiana**. Disponível em: <http://museusferroviarios.net.br/antigas-companhias/companhia-mogiana/> . Acesso em 10, dezembro, 2020.

FIEMG. **Painel Regional da Indústria Mineira, Regionais FIEMG**. Disponível em: https://www7.fiemg.com.br/Cms_Data/Contents/central/Media/Documentos/Biblioteca/PDFs/Paineldaindustria/novembro2019/Painel-Industria-Mineira_Vale-do-Parana_ba_novembro_19.pdf , Acesso em 08, dezembro, 2019.

PONTE, Luis Roberto. **Tributação insonegável, justa e econômica – uma proposta real**. Brasília, Editora da UnB, 1996.

SECRETARIA DE CULTURA DA PREFEITURA DE UBERLÂNDIA. **São Pedro do Uberabinha, entre memórias e histórias**. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/prefeitura/secretarias/cultura/historia-de-uberlandia/> . Acesso em 10, dezembro, 2020.

SHOME, Parthasarathi. **Reforma tributária na América Latina. Finanças e Desenvolvimento.** Washington, FMI/Banco mundial, v.15, n.1, p 14–16, mar., 1998.

SICONFI. **Contas Anuais.** Disponível em:
<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf;jsessionid=guejNuUnMvZ6weHvCdeEiIDk.node4> . Acesso em 08, dezembro, 2019.

SOARES, Adélia. **Ponte entre Minas Gerais e Goiás recebe o título de patrimônio cultural brasileiro.** Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/Pontepênsilaffonsopenna> . Acesso em 10, dezembro, 2020.

TESOURO NACIONAL. **Classificações orçamentárias.** Disponível em:
<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf> . Acesso em 28, novembro, 2020.